

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião/Tempo Presente
Data: 10/03/2021	Página: A2
Assunto: <b>Apoio a entidades</b>	

# A TARDE

## **Apoio a entidades**

Um total aproximado de R\$ 3 milhões será repassado, a partir desta semana, a 533 entidades de assistência por meio do programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, desenvolvido pela Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia.

O recurso é captado na campanha Nota Premiada, com o montante acumulado entre setembro e dezembro de 2020, distribuindo-se metade-metade entre entidades da área social e outras voltadas para a saúde, R\$ 1,5 milhão para cada setor.

Trata-se do terceiro repasse do governo estadual às organizações chamadas "filantrópicas", no período de pandemia, somando-se R\$ 37,8 milhões desde antes da peste, considerando-se janeiro de 2018 até hoje.

## Governo do Estado repassa mais R\$ 3 milhões a filantrópicas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O **Governo do Estado** realiza um novo repasse de R\$ 3 milhões, a ser pago a partir desta semana, para 533 entidades filantrópicas baianas ativas no programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. O recurso, proveniente da campanha **Nota Premiada Bahia**, coordenada pela Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), é referente ao terceiro quadrimestre de 2020, encerrado em dezembro, e divide-se em R\$ 1,5 milhão para as entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde.

Este é o terceiro repasse do governo estadual às filantrópicas durante a pandemia, totalizando R\$ 9 milhões ao longo da crise sanitária e econômica, lembra o secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**. Desde o início da **Nota Premiada Bahia**, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades já somam R\$ 37,8 milhões.

'As filantrópicas desenvolvem um papel importantíssimo

de acolhimento e atendimento à saúde de uma parcela significativa da população baiana, e os novos recursos deverão reforçar o caixa destas entidades no momento em que a situação volta a se agravar em todo o país', afirma Vitório.

O repasse contempla inicialmente 475 instituições cadastradas que estão em situação regular com o INSS e o FGTS, desde que os dados bancários informados anteriormente estejam corretos e válidos quando do registro dos procedimentos para efetuar o pagamento da premiação. As outras 58 instituições poderão regularizar as pendências em um prazo de 45 dias a partir de 1º de março, data em que foi publicada a autorização do pagamento da 9ª etapa da campanha **Sua Nota é um Show de Solidariedade**.

Como apoiar as instituições

A **Nota Premiada Bahia** e o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade** são iniciativas complementares: quem se inscreve no site da campanha deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Desde o início da campanha **Nota Premiada Bahia**, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade** já somam R\$ 37,8 milhões. Deste total,

são R\$ 27 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual - três de 2018, três de 2019 e as três do ano de 2020, e o restante corresponde à regularização de etapas anteriores do programa, explica o superintendente de Gestão Fazendária da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas.

O coordenador do programa na Sefaz, André Luiz Aguiar, ressalta que os responsáveis pelas instituições deverão atualizar constantemente as informações cadastrais e também as bancárias, evitando, desta forma, o não pagamento imediato do valor contemplado por inconsistência de dados.

**Assuntos e Palavras-Chave:** SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorino, Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Veículo: TV Bahia	
Data: 09/03/2021	Programa: BATV
Assunto: Benefícios e doações têm sido suporte para quem está sem trabalhar durante a pandemia. Sonoras com secretários <b>Jerônimo Rodrigues</b> e <b><u>Manoel Vitório.</u></b>	

**Data:** 09/03/2021

**Hora:** 19:23:50

**Emissora:** TV BAHIA

**Programa:** BA TV

**Apresentador (a):** FERNANDO SODAKE

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** NEUTRO

**Sinopse:** Benefícios e doações têm sido suporte para quem está sem trabalhar durante a pandemia. Sonoras com secretários **Jerônimo Rodrigues** e **Manoel Vitório.**

# Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

## ●● Num momento como esse é inadmissível qualquer aumento de impostos

Angelo Coronel

Senador pelo PSD da Bahia, ao criticar elevação de tributos na pandemia

### PÍLULA

● **Fora do tom** *Causou mal-estar a participação do deputado estadual José de Arimateia (Republicanos) na reunião virtual de ontem entre o governador Rui Costa (PT), o prefeito Bruno Reis (DEM), parlamentares e os secretários estadual e municipal da Saúde, Fábio Villas-Boas e Leo Prates, voltada a discutir a crise da covid. Como só líderes de banca da podjam falar, ele segurou um cartaz no qual cobrava o fim dos mais de R\$ 40 milhões destinados à compra de respiradores.*

## Cerco caseiro

Investigada pela Operação Faroeste, a ex-chefe de gabinete da Secretaria de Segurança Pública (SSP) Gabriela Caldas vai responder a processo administrativo disciplinar por suposto envolvimento com a venda de sentenças no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ). Em portaria assinada no último dia 5, a delegada-geral da Polícia Civil, Heloísa Campos de Brito, determina que sejam apurados indícios de ligação entre Gabriela e a organização criminosa acusada de comandar o esquema. A decisão tem como base a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF), na qual ela é apontada como integrante do chamado Núcleo de Defesa Social, responsável pela blindagem de membros da quadrilha.

### PARA RECORDAR

Braço-direito do ex-chefe da SSP Maurício Barbosa e delegada da Civil, Gabriela Caldas foi afastada do cargo há três meses pelo Superior Tribunal de Justiça, a pedido da Faroeste. Segundo o MPF, ela é suspeita de vazar informações sigilosas para proteger líderes do esquema.

## Acerto de contas

A Polícia Civil de Conceição concluiu o inquérito sobre uma rede de fraude processuais e falsificação de documentos em ações judiciais movidas contra operadoras de telefonia no interior baiano e indiciou dois advogados investigados no caso. Apesar dos fortes indícios que o colocavam como mentores das fraudes, ambos foram enquadrados apenas por patrocínio infiel, crime praticado por advogados que traem o dever profissional, cuja pena prevista varia de seis meses a três anos de detenção, além do pagamento de multa. No entanto, a Promotoria pode estender aos dois os delitos de falsidade ideológica, uso de documento falso e fraude processual.

## Culpados de sempre

Foram indiciados também dois estagiários do escritório de advocacia onde as fraudes tiveram origem. Em depoimento à polícia, a dupla confessou ter falsificado extratos de clientes da Claro, mas disse que a adulteração foi feita sem consentimento dos sócios da banca. Curiosamente, um dos estagiários, ao assumir a culpa pelos crimes, revelou que sequer havia cursado Direito. Afirmou ainda que o advogado para quem trabalhava era namorado de sua sobrinha e alegou não saber que agiu contra a lei.

## Acesso restrito

A descoberta de 20 casos de covid na Assembleia levou o presidente da Casa, Adolfo Menezes (PSD), a impor controle rígido de acesso ao Legislativo. Recentemente, Menezes mandou fechar a recepção e restringiu a entrada ao posto de segurança externa, a cargo da PM. Agora, os poucos servidores autorizados a ingressar passam por checagem rigorosa, incluindo apresentação de credenciais funcionais e aval prévio.

## Neocinqüentão

No dia em que completa 50 anos de criação, o Tribunal de Contas dos Municípios realiza hoje uma sessão especial online para marcar a data, com palestra do ex-presidente do Supremo Carlos Ayres Britto sobre a importância dos órgãos de controle externo. O evento será transmitido no canal da Corte no YouTube.



**BAHIA**

# Estado recebe novas doses e retoma vacinação

**CORONAVAC** A Bahia receberá um novo lote com 178.600 doses de vacinas contra a covid-19 ainda na madrugada de hoje, segundo o Ministério da Saúde. A Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab) informou que as doses são da vacina CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan, em São Paulo.

Segundo o Informe Técnico da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do ministério, o lote é destinado para vacinar trabalhadores da saúde e idosos entre 75 e 84 anos. A última vez que a Bahia recebeu lotes de vacinas contra covid-19 foi em 24 de fevereiro. Na ocasião, o estado recebeu duas remessas de vacinas, num total de 208,7 mil doses.

Em seu programa nas redes sociais, o Papo Correria, o governador Rui Costa afirmou

---

**178,6**  
mil doses de vacina contra a covid chegarão em Salvador às 7h30 para distribuição na capital e outros municípios

que, após o desembarque das novas doses em Salvador, a Bahia tem logística suficiente para garantir que todas as regiões e microrregiões do estado recebam as doses em até 24h.

O secretário de saúde da capital, Leo Prates, informou, na manhã de ontem, que a prefeitura tinha cerca de duas mil doses e que provavelmente não poderia ampliar a faixa etária de vacinação dos idosos, que atualmente é de 78 anos ou mais. No entanto, com as novas doses, a secretaria informou à noite que a vacinação seguirá normalmente hoje para os idosos a partir de 77 anos e que as vacinas estarão na capital às 7h30 de hoje.

A imunização da primeira dose desse público acontecerá excepcionalmente no período da tarde, das 14h às 18h. Serão contemplados os indivíduos nascidos entre 10 de março e setembro de

1943. Os idosos com idade superior a 78 anos (nascidos de setembro de 1943 a 10 de março de 1944) continuarão tendo acesso à primeira dose do imunizante. O secretário informou que a estratégia para esse público funcionará amanhã pela manhã.

A aplicação da segunda dose para completar o esquema vacinal segue normalmente na capital, tanto para idosos como para trabalhadores de saúde. Basta observar a data de retorno no site da SMS e no cartão de vacina obtido na ocasião da primeira aplicação. Os idosos com 77 anos ou mais também poderão fazer o agendamento da vacinação domiciliar através do Vacina Express. Vale lembrar que aqueles idosos que foram imunizados em casa não precisam fazer novo registro. O retorno da equipe de saúde será feito automaticamente de acordo com a data de reforço programada no sistema.





Em São José do Jacuípe, no interior da Bahia, 35% das vacinas foram aplicadas segundo a Sesab. Município nega

## Meta não cumprida, vacinação em risco

**Marcela Villar\***

REPORTAGEM  
marcela.villar@reddebahia.com.br

A média de aplicação de primeiras doses da vacina contra a covid na Bahia está em 82,4%. Pouco mais de 565 mil baianos receberam o imunizante, o que totaliza 3,7% da população. Só que 109 cidades aplicaram menos do que 75% do estoque até agora. Há ainda quatro que não chegaram a aplicar nem 50% do que receberam - São José do Jacuípe, Cachoeira, Planalto e Guaratingá.

**Sesab diz que 109 cidades aplicaram menos de 75% das doses e podem não ter novo lote; municípios negam**

As informações foram extraídas do painel de acompanhamento da vacinação da Secretaria de Saúde da Bahia (Sesab). Esse percentual de 75% é requisito para que os municípios recebam novo lote da vacina, que deve chegar ainda esta semana, de acordo com o Ministério da Saúde.

Entretanto, o CORREIO entrou em contato com esses quatro municípios e todos eles alegaram que os dados da Sesab estão incorretos. Em São José do Jacuípe, a coordenadora de vigilância da secretaria de saúde, Eliane Lima, informou que a cidade recebeu

### MUNICÍPIOS COM MENOR APLICAÇÃO DE DOSES DE VACINA (fonte: Sesab)

Cidade	Porcentagem	Recebidas	Aplicadas
São José do Jacuípe	35,7%	407	143
Planalto	37,6%	1010	380
Guaratingá	44,6%	680	303
Cachoeira	45,6%	1.280	584
Brotas de Macaúbas	53,7%	315	168
Casa Nova	55,7%	2.110	1.176
Encruzilhada	55,8%	797	445
Bipitanga	56,3%	480	270
Conde	56,5%	790	446
Buarcama	57,2%	1.256	719

604 doses e aplicou 474. Só havia no estoque, ontem, 130 vacinas - 80 guardadas para a aplicar a segunda dose e 50 para aplicar a primeira dose em idosos entre 75 e 79 anos. O percentual de uso das doses aplicadas/recebidas estaria então, pelos dados da prefeitura, em 78,4%. Já a Sesab alega que o município aplicou somente 35,1%, com 407 recebidas e 143 aplicadas.

A secretária municipal de saúde discute com a coordenação do núcleo regional de saúde para saber o motivo da desatualização dos dados. "O que foi dito pelo núcleo regional de saúde é que bastava registrar os dados no SI-PNI web que migrava para os demais sistemas, mas, pelo que a gente está observando, não está. Então a gente precisa saber de onde eles estão puxando esses dados, porque essa informação não é real", garante a coordenadora Eliane Lima.

O município, que fica no Centro-Norte da Bahia, a quase 300 quilômetros de Salvador, tem cerca de 10 mil habitantes e registrou mais oito casos da covid-19 ontem. O total de infectados da doença é de 340, sendo 32 ativos - 31 em isolamento domiciliar e um internado. A prefeitura diz que não houve óbitos, mas o registro feito pela Sesab é de duas mortes.

Em Planalto, no Centro-Sul baiano, o coordenador de imunização, Carlos Alexandre, também afirma que o dado da secretaria estadual está equivocado. Segundo ele, foram aplicadas 1.267 das 1.500 vacinas recebidas, ou seja, o município aplicou 84,4% do estoque. No sistema da Sesab, o número estaria em 37,6% - 1.010 recebidas e 380 aplicadas. "A gente manda um relatório para o núcleo regional todos os dias, não entendo o porquê de esse dado estar desatualizado. Se a vacina chega segunda, a gente quer vacinar até o final da semana, não quer estocar vacina, a gente quer correr contra o tempo para poder vacinar o máximo de pessoas", rebate Alexandre.

No caso de Guaratingá, no Sul do estado, o número que consta no painel da Sesab está correto: foram 680 vacinas. Contudo, o município afirma que aplicou 433 doses e não 303, como indica a pasta. A coordenadora de imunização, Adriele Rodrigues, é quem acompanha toda a vacinação. A equipe que vai nas casas imunizar os idosos é composta somente por ela, o motorista e um técnico de enfermagem, que faz a aplicação. "Acompanho tudo, cada vacina, cada dosezinha que é aplicada, justamente para não correr risco e aplicar em uma faixa etária errada, para não prejudicar nem a eles [moradores], nem a gente", narra a coordenadora.

Adriele conta como é difícil dar vazão às ampolas recebidas, por conta de o município ter 6 distritos na zona rural. O mais perto deles, único em que a secretária foi até agora, fica a 24 quilômetros da sede. O mais distante fica a cerca de 130 quilômetros. Além disso, não é todo dia que a secretaria de saúde tem carro para a vacinação, pois o equipamento é revezado entre todos os serviços de saúde.

Assim como nos outros municípios, em Cachoeira, no Recôncavo Baiano, a informação da Sesab estaria desatualizada, segundo a secretária de saúde Maria José. "Essa informação está muito defasada, mas, se tratando de pandemia, não é de se estranhar, porque as demandas são fora do cotidiano normal", avisa.

Em Brotas de Macaúbas, no Centro-Sul, o mesmo problema. A Sesab aponta que 53,3% das vacinas foram aplicadas - 168 das 315 recebidas. A secretária de saúde Geovana Castro afirma que, na verdade, foram 900 doses aplicadas das 1000 recebidas. Ela garante que o sistema é atualizado diariamente. Os trabalhadores de saúde já foram todos imunizados e restam metade dos idosos acima de 75 anos.

**\*COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.**

## Saúde afirma que irá reforçar conferência de dados

A Sesab respondeu ao CORREIO, por meio de nota, que os dados apresentados no painel de vacinação "estão de acordo com o informado pelas secretarias municipais de saúde no sistema".

A pasta, que havia infor-

mado, em fevereiro, que os municípios que tivessem aplicado mais de 75% das doses recebidas teriam prioridade no recebimento de novo lote, disse que essa medida deve ser confirmada por decisão da Comissão In-

tergestora Bipartite (CIB), instância que reúne representantes das secretarias municipais e estaduais de saúde da Bahia.

Na época, a Sesab afirmou que o percentual ideal de aplicação de doses deve ser

de 100% e que "tem que avançar o mais rápido possível, na medida que chegarem novas doses. No que tange a imunização (por vacina), a cobertura sempre tem que ser maior do que 95% do público-alvo".

Agora, a pasta diz que, caso seja confirmado, em CIB, só os municípios que vacinaram 75% ou mais receberão novas doses. "A Sesab reforçará a conferência dos dados junto às secretarias municipais de saúde".



# Autônomos da saúde serão imunizados

**Carolina Cerqueira\***

REPORTAGEM  
 carolina.cerqueira@redesbahi.com.br

Os profissionais de saúde autônomos em breve poderão se vacinar contra a covid-19 na Bahia. O secretário de saúde de Salvador, Leo Prates, anunciou que, após reunião realizada ontem, a Comissão Intergestora Bipartite da Bahia (CIB-BA) definiu que a imunização desse público ocorrerá de forma escalonada em todo o estado, dividida em oito categorias. Na capital, os médicos autônomos estão em primeiro na lista e serão vacinados já a partir de amanhã.

Segundo Leo Prates, a secretaria seguirá a seguinte ordem de profissões autôno-

mas: médicos, fisioterapeutas, odontólogos, enfermeiros, técnico e auxiliar de saúde bucal, técnico e auxiliar de enfermagem, doula e cuidadores. As datas a partir do segundo grupo ainda não foram divulgadas.

O pleito atende reivindicação da categoria que realiza atendimento particular, sem vínculos com instituições de saúde, mas que ainda não foi contemplada em etapas anteriores, diferente dos profissionais que atuam na linha de frente do combate ao coronavírus, em unidades de urgência e emergência, ou ligados a instituições com Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES ativo).

"Defendi a inclusão desses profissionais porque, apesar de não atuarem diretamente no enfrentamento a

## Coronavírus Estado define ordem de vacinação para quem trabalha de forma independente

**Médicos que atuam de forma autônoma em Salvador serão os primeiros vacinados**

covid ou em unidades de saúde, também estão expostos no dia a dia no exercício de suas atividades pelo contato direto com outras pessoas. Vacinando-os, estaremos promovendo a proteção tanto deles quanto dos próprios pacientes, já que inibimos a circulação do vírus", explicou Leo Prates.

No final da noite de ontem, Prates anunciou que Salvador irá receber mais vacinas ainda hoje. "Grande notícia para os soteropolitanos! Amanhã (hoje) 7h30 receberemos mais doses da vacina! Durante o dia todo vamos manter a vacinação de 2ª dose para idosos e trabalhadores da saúde e atenção: das 14h às 18h vamos vacinar idosos de 77 anos nascidos em 10/3/1943 até setembro de 1943!", explicou.

### EXPECTATIVA

O fisioterapeuta Rafael Rego atua como home care, sem vínculo empregatício e não vê a hora de poder se vacinar. "A expectativa para a vacina é grande, dependemos disso. A gente não pode parar, os pacientes precisam da gente", diz ele. O profissional entende que quem atua na linha de frente do combate ao coronavírus precisava ter prioridade, mas que, a partir da ampliação da vacinação para profissionais da área de saúde em geral, os autônomos não deveriam ter ficado de fora.

"Nós autônomos estávamos esperando para sermos inseridos nesse calendário de vacinação. A vacina já chegou para quem não está atuando diretamente com covid, mas não chegou de forma unificada e os autônomos ficaram de fora. A gente visita os pacientes constantemente, meu trabalho é na casa deles. A gente tem o risco de contrair e de passar para eles, que, muitas vezes, são idosos", pontua Rego.

Até então, só estavam sendo imunizados os profissionais que atuam em clínicas, consultórios, multicentros, entre outros tipos de unidades de saúde, que estejam inseridas no CNES. Com isso, os trabalhadores autônomos que não atendem em unidades cadastradas, não estavam sendo contemplados.

O profissional com vínculo empregatício é orientado a levar, no momento da vacinação, duas declarações: uma preenchida pela empresa e outra pelo trabalhador. Além disso, também é solicitado o último contracheque ou o contrato de trabalho. As exigências excluíam os profissionais de saúde ativos sem vínculo a locais cadastrados no CNES.

A secretaria de saúde não informou ainda quais documentos serão exigidos aos profissionais autônomos no momento da aplicação das doses para evitar fraudes.

\*COM ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO.



## Bahia tem 574 mil vacinados; 184 mil com a 2ª dose

A Bahia alcançou ontem a marca de 574.507 vacinados com a primeira dose da vacina contra covid-19, de acordo com dados da Secretaria Estadual de Saúde (Sesab).

Até o momento, foram distribuídas 662.360 primeiras doses para os municípios. Na segunda-feira passada, a Sesab chegou a divulgar que o número era

**166 MIL**  
 pessoas foram vacinadas contra a covid-19 na capital Salvador, sendo 66 mil com a segunda dose. Dos que receberam o imunizante, cerca de 70% são do sexo feminino

de 670.360. A conta foi corrigida ontem, com 8 mil doses a menos.

O estado já aplicou a segunda dose em outras 184.545 pessoas. Foram distribuídas 331.420 doses, com isso, o percentual de aplicação em relação às segundas doses disponibilizadas é de 55,7%.

A maior parte das doses da vacina foram para os profes-

sionais de saúde: 313.130. Além disso, receberam o imunizante 243.283 idosos acima de 75 anos, e de instituições de longa permanência, 17.525 indígenas aldeados e 569 pessoas com deficiência.

Na capital Salvador, por sua vez, 166.307 pessoas foram vacinadas contra a doença, sendo 66.042 já com a segunda dose.

WARRIA SILVA/ARQUIVO CORREIO



# Tribuna

R\$ 500 MILHÕES

## AL-BA autoriza Embasa a pegar empréstimo com BB



A AL-BA autorizou a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) a pegar empréstimo de R\$ 500 milhões com o Banco do Brasil

RODRIGO DANIEL SILVA  
REPORTER

A Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) autorizou a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) a pegar empréstimo de R\$ 500 milhões com o Banco do Brasil. Segundo o governo de Rui Costa (PT), o recurso será usado para a ampliação e qualificação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no estado.

O relator da matéria, Robinson Almeida (PT), disse que, com o dinheiro, a estatal poderá alcançar as metas estabelecidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico. "A progra-

mação da Embasa para os próximos 12 anos é investir R\$ 5,2 bilhões em abastecimento de água e outros R\$ 10,7 bilhões em esgotamento sanitário, consoante a estratégia de captação de recursos apresentada pela empresa. Essas ações demandam planejamento e novos investimentos, do que se extrai a relevância da operação em favor da qual se oferece a contragarantia prevista no projeto de lei", declarou o petista.

A maioria da oposição apoiou a proposta, mas os deputados estaduais Soldado Prisco (PSC) e Capitão Aiden (PSL) se posicionaram contra. "Nós somos uma oposição responsável e que tem compromisso com

a Bahia e com os baianos", argumentou o líder da minoria, Sandro Régis (DEM).

Além de recursos para a Embasa, o governo estadual pediu autorização à AL-BA para contrair um novo empréstimo de R\$ 1,5 bilhão junto ao Banco do Brasil. Na mensagem encaminhada ao Legislativo, o chefe do Executivo baiano afirmou que o recurso, se aprovado, será para a "viabilização de investimentos previstos no orçamento do Estado nas áreas de infraestrutura de transportes, mobilidade urbana, infraestrutura urbana, fortalecimento de fundo garantidor e gestão governamental".

Neste caso, o Régis criticou o "aumento de endividamento" do estado o

que, segundo ele, "pode representar o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal". Segundo a oposição, no ano passado, o governo de Rui Costa já acumulava R\$ 5 bilhões em operações de crédito, levando em consideração a cotação do dólar e do euro do início de 2020. Com este novo pedido, o número pode saltar para mais de R\$ 6 bilhões, o que representa quase R\$ 1 bilhão em empréstimos por ano. "Muito melhor seria que o governo fizesse o dever de casa e seguisse as recomendações feitas pelo Tesouro Nacional, como o corte de despesas e a modernização da máquina arrecadatória", declarou o democrata.

# Tribuna

## Governadores devem anunciar medidas em conjunto

HENRIQUE BRINCO  
REPORTER

**G**overnadores de pelo menos 21 estados concordaram em divulgar ações até o dia 14 de março, pelo menos. Um pedido de uma ação nacional chegou a ser feito para o Ministério da Saúde, mas a resposta foi a de que o presidente Jair Bolsonaro não deixa, segundo o jornal Folha de São Paulo. A ideia é a de que entre no pacto algumas iniciativas básicas, que sirva para todos, e que, a partir disso, cada um tome outras decisões de acordo com a necessidade local.

A proposta foi feita pelo governador Wellington Dias, do Piauí, e está sob análise dos demais governadores.

Os estados que já estão juntos são Piauí, Paraíba, Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso, São Paulo, Pará, Distrito Federal, Alagoas, Minas Gerais, Ceará, Sergipe, Goiás, Maranhão, Amazonas, Paraná, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Segundo o governador Wellington Dias (PT-PI), porta-voz do grupo, alguns pontos que podem entrar nesse acordo nacional são o de proibição de venda de bebidas alcoólicas a partir de um determinado horário e o de impedimento de eventos com aglomeração. Segundo a CNN, ele planejou uma viagem ao Rio de Janeiro para uma reunião com a Fiocruz e o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello. Ele quer uma posição da instituição

sobre o atraso no cronograma de entrega de doses da vacina Oxford/AstraZeneca.

O principal objetivo é o de comunicar a população de que o momento é crítico e pede que a circulação seja reduzida imediatamente, sendo a forma de diminuir a ocupação nos hospitais. A consulta ainda está aberta para os estados que ainda não aderiram.

O Governo da Bahia anunciou que o Vale-Alimentação Estudantil vai retornar neste mês março. O anúncio foi feito na manhã de ontem pelo governador Rui Costa em suas redes sociais. "Dia 15 de março vamos iniciar o ensino remoto em toda a rede estadual. Estamos programando o auxílio-alimentação de R\$ 55 para cada aluno da rede", afirmou. O saque da quinta



**SEGUNDO** o governador Wellington Dias (PT-PI), porta-voz do grupo, um dos pontos que podem entrar nesse acordo nacional é o de proibição de venda de bebidas

forme o ritmo de produção dos insumos.

Deste total, serão 23,3 milhões de doses (22,7 milhões + 600 mil doses residuais de fevereiro) do Instituto Butantan, enviadas à pasta em remessas semanais. Outros 3,8 milhões da vacina da AstraZeneca/Oxford, previstas para a segunda quinzena do mês, provenientes do primeiro lote produzido no Brasil pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com matéria-prima importada. Também são esperadas mais 2,9 milhões de doses do mesmo imunizante, adquiridos via consórcio Covax Facility.

A partir do quantitativo exato de doses recebidas, o Ministério da Saúde organiza a divisão de forma proporcional e igualitária aos estados e Distrito Federal. Posteriormente, as doses são enviadas aos estados, responsáveis pela distribuição dos imunizantes a todos os municípios brasileiros, que aplicarão as vacinas em suas 38 mil salas de vacinação.

parcela do benefício será realizado com o mesmo cartão que já vem sendo utilizados pelos estudantes.

Cerca 800 mil estudantes que estavam regularmente matriculados e com frequência registrada nas escolas estaduais vão receber o vale -alimentação. Nesta quinta parcela serão destinados mais R\$ 44 milhões, totalizando um investimento de R\$ 220 milhões de recursos próprios do Governo do Estado.

No fim de semana, o Ministério da Saúde anun-

ciou uma nova distribuição de doses da vacina contra a Covid-19. Para o mês de março, o cronograma prevê a entrega de 30 milhões de doses provenientes de acordos com o Instituto Butantan, AstraZeneca/Oxford (Fiocruz) e consórcio Covax Facility. As previsões de entrega são enviadas à pasta pelos fornecedores dos imunizantes e estão sujeitas a alterações, de acordo com a disponibilidade dos laboratórios e a real quantidade de doses entregues, que pode variar con-

# Tribuna

## Rui debate com deputados medidas contra Covid-19

DA REDAÇÃO

O enfrentamento à segunda onda da Covid-19 no território baiano foi debatido pelo governador Rui Costa e deputados estaduais que ocupam cadeiras na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), durante uma reunião virtual promovida na tarde desta terça-feira (9). Mediado pelo presidente da Casa, Adolfo Menezes, o encontro também contou com a participação do titular da Secretaria da Saúde do Estado (Sesab), Fábio Vilas-Boas; do prefeito de Salvador, Bruno Reis; e do secretário municipal da Saúde, Leo Prates.

Mesmo com a abertura sistemática de leitos promovida pelo governo estadual, a rede pública está se aproximando de um colapso, como lembrou o governador. "É o momento mais difícil que a Bahia já enfrentou desde o início da pandemia, não só para o Estado, mas para os prefeitos também. Por isso, venho pedir o apoio político e institucional dos deputados e da Alba para auxiliar na conscientização de toda a população, inclusive de representantes do comércio, a fim de que todos entendam realmente a gravidade da situação", soli-

citou Rui.

Ele reiterou que o momento não comporta aglomerações. "O Brasil inteiro está à beira do colapso, com governadores e prefeitos fazendo o que podem para ampliar leitos, mas isso não dá conta se não conseguirmos barrar o crescimento da doença. Mesmo compreendendo o argumento de setores econômicos que precisam ficar restritos nesse momento, precisamos manter vidas em primeiro lugar. Essas medidas já mostraram o primeiro resultado, que é parar o crescimento da taxa, mas os números ainda inspiram alerta total", apontou o governador.

De acordo com Vilas-Boas, apenas a vacinação e a aplicação de barreiras mecânicas de transmissão podem frear o contágio e reduzir as mortes pela doença.

"As barreiras mecânicas de transmissão, que são as máscaras, medidas de promoção de isolamento social e a higiene das mãos, com água e sabão ou álcool em gel, são o que podemos contar agora, já que erros do governo federal nos fizeram perder muitas posições na corrida por vacinas. Enquanto houver sinalização de amplas taxas de transmissão, como ocorre agora".



# Tribuna

## PONTO DE VISTA

ADARY OLIVEIRA

### A industrialização da Bahia

**C**reio que o avanço da riqueza, através do aumento da produção de bens e serviços, passando pela educação e saúde das pessoas, é a melhor maneira de se combater a pobreza e a miséria. A transformação industrial de recursos naturais, de origem mineral ou agrícola, só prospera se o produto for demandado pelo mercado de forma natural ou induzida por meio de inovação. As primeiras manufaturas que por aqui se instalaram seguiram soavelmente essas regras, omitindo a ordenação espacial, cuidados com a preservação ambiental e infraestrutura destinadas a melhor operação e redução dos custos.

O primeiro projeto de ordenação do solo para fins industriais que se tem notícia na Bahia é o do Plano Diretor do Centro Industrial de Aratu (CIA), iniciado no governo de

Lomanto Júnior, de iniciativa de Victor Gradim. O Plano trazia estudos preliminares sobre transportes, energia elétrica, sistema viário, reservatórios de água, telefonia, recursos naturais, climatologia, complexo urbano, recursos humanos e o mais importante, a construção do Porto de Aratu. O sucesso foi tão grande que passou a atrair mais da metade dos recursos aplicados pela Sudene, o que fez com que a autarquia zoneasse a região, estabelecendo para o CIA limites de apoio. O pioneirismo do CIA trouxe consigo alguns olvidos: tratamento e descarte dos efluentes, o suprimento de água, suprimento de utilidades, oferta de serviços de manutenção e sistema de proteção e segurança.

O renome do CIA levou o governo a criar vários distritos industriais pelo interior, sempre com atenção voltada para

aproveitamento dos recursos naturais. Assim, o Distrito dos Emborés, em Vitória da Conquista, estaria voltado para a exploração mineral; o de Itabela, seria o local destinado à exploração da madeira; o de Juazeiro, o do agronegócio. Na estratégia adotada não havia preocupação com as projeções de consumo e acessibilidade aos mercados. Muitos deles fracassaram. O de Feira de Santana teve início com a ocupação das margens da BR-324. Logo que uma esmagadora de mamona começou a funcionar, descarregando fumaça preta que o vento levava em paralelo à rodovia no sentido da área urbana, percebeu-se o erro. O distrito Subaé passou a ser projetado ao Sul da cidade, em área delimitada pelo Rio Jacuípe. Levava consigo as mesmas imperfeições do CIA, principalmente as relacionadas com o meio ambiente.

O Polo Petroquímico de Camaçari, anunciado por Luiz Vianna Filho da sacada do Palácio Rio Branco, junto com

Garrastazu Médici, no mesmo dia em que o presidente veio à Bahia para inaugurar a ampliação do estádio da Fonte Nova, foi planejado com seus mínimos detalhes: central de matérias-primas, central de tratamento de efluentes, central de utilidades, central de manutenção, sistema viário, ligações com o Porto de Aratu e apoio incondicional do Governo Federal, principalmente os indispensáveis esteios da Petrobras, BNDES, BNB e Sudene. Só não se contava que anos mais tarde viria a globalização e a retirada da proteção aduaneira. A vinda da Ford com suas sistemistas mudou a designação do complexo para Polo Industrial de Camaçari, dando curto alento para o desejo de desenvolvimento acelerado.

A história da industrialização da Bahia, por ser longa e recheada de idas e vindas, não pode ser contada neste espaço, restando-me a fazer simples resumo.

Adary Oliveira é engenheiro químico e professor (Dr.) – adary347@gmail.com

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 10/03/21	



## GOVERNADOR CITA 'ECONOMIA FRAGILIZADA' E DIZ QUE BRASIL NÃO TEM CONDIÇÃO DE FAZER LOCKDOWN



admin 10 Março, 2021

Apesar de não descartar um lockdown, o governador Rui Costa (PT) afirmou que, no momento, o Brasil não tem condição de parar todas as atividades por causa da “economia fragilizada”. Na noite de ontem, o petista criticou o posicionamento do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) frente à pandemia do novo coronavírus. De acordo com o mandatário, as medidas adotadas contra a Covid-19 até o momento são necessárias, mas são paliativas. “Nos não temos essa condição [de decretar lockdown] principalmente com a má vontade do presidente para ajudar o povo”, afirmou. Durante a live, o petista afirmou que está tentando evitar não mencionar o presidente, nem as ações do governo federal durante a pandemia por estar “indignado com o que eles estão fazendo com o Brasil”. Para Rui, o “deboche” de Bolsonaro é o responsável pelas mais de 260 milhões de mortes no país em virtude da doença.

Foto: Reprodução/TV Bahia

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data 10/03/2021	Página: 02

# Tribuna

## Saneamento

O governador Rui Costa apresentou, ontem, as experiências da Bahia na implantação do modelo de gestão Parceria Público-Privada (PPP), inclusive na área de saneamento básico. A apresentação foi feita durante o Painel Virtual sobre Novos Projetos Estruturantes de Saneamento, promovido pelo Santander, com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e com a participação dos gestores do Amapá, Waldez Góes, e Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. O painel segue até hoje, com a participação de prefeitos, governadores, poderes públicos e especialistas.



**Rui Costa**



Veículo: Gov Bahia	
Data: 09/03/2021	



## Em painel virtual, Rui apresenta experiências da Bahia na gestão de PPPs na área de saneamento básico

9 março 2021

O governador Rui Costa apresentou, nesta terça-feira (9), as experiências da Bahia na implantação do modelo de gestão Parceria Público-Privada (PPP), inclusive na área de saneamento básico. A apresentação foi feita durante o Painel Virtual sobre Novos Projetos Estruturantes de Saneamento, promovido pelo Santander, com o apoio da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e com a participação dos gestores do Amapá, Waldez Góes, e Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. O painel segue até esta quarta-feira (10), com a participação de prefeitos, governadores, poderes públicos e especialistas.

O governador Rui Costa afirmou que a primeira PPP na área de saneamento da Bahia, o Emissário Submarino de Salvador, já está em operação. “Um modelo excepcional para a atração da iniciativa privada. Infelizmente, esse modelo, a nível nacional, tem demorado”. Rui destacou que a regulamentação do tema em todo o território nacional está parada e com vetos que impedem o desenvolvimento do modelo. “É preciso que o acordo que foi feito nos governos anteriores seja mantido e que os vetos sejam derrubados para dar segurança jurídica e atrair investimentos”. Segundo Rui, para a área de saneamento, os estados e municípios atualmente contam apenas com recursos da iniciativa privada, por meio da venda de ações ou na forma de PPP. “Esses modelos não são excludentes, são complementares”, afirmou.

Rui informou que a Bahia está implantando um projeto piloto de PPP, através de consórcios, também para o tratamento dos resíduos sólidos, em três regiões da Bahia, no sul do estado, na região e Irecê e na Região Metropolitana de Salvador. “Esse modelo já obteve pleno êxito na Saúde, com 25 consórcios interfederativos. Já temos 16 policlínicas regionais construídas, até junho serão mais nove. Também implementamos consórcios na área de infraestrutura e estamos, a partir deste, modelando a solução de resíduos sólidos”. O governador afirmou que grandes investimentos feitos pelo Estado no passado, em aterros sanitários, acabaram virando lixões, devido ao alto custo. “Muitos municípios não têm taxa de lixo, têm que pagar com recursos próprios. Isso dificulta, mas nós estamos tentando, até o final do ano, implementar esse projeto piloto em três regiões e depois expandir para o resto do estado”.

**Repórter: Raul Rodrigues**

Veículo: Gov Bahia	
Data: 10/03/2021	



## **Aprovado empréstimo de R\$ 500 milhões para ampliar acesso a coleta e tratamento de esgoto na Bahia**

10 março 2021

Assembleia Legislativa da Bahia aprovou, ontem (9), o projeto de lei que autoriza a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) tomar empréstimo de R\$ 500 milhões do Banco do Brasil, para realização de obras de esgotamento sanitário em municípios baianos. A captação desse recurso pela empresa foi possível graças aos excelentes indicadores de eficiência empresarial, evidenciados por sua margem de geração de caixa (magem Ebitda) e crescimento da receita operacional líquida, que demonstram sua solidez financeira e crescente capacidade de pagamento.

A Embasa, desde 2007, vem realizando investimentos para ampliar o acesso aos serviços de água e esgoto em sua área de atuação na Bahia que já somam R\$ 6,1 bilhões, sendo que a média anual de investimentos gira em torno de R\$ 500 milhões, entre recursos próprios e financiados. A meta da empresa para 2021 é ir além, pois pretende investir R\$ 1 bilhão na implantação e ampliação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, de forma a buscar atingir as metas de atendimento do novo marco regulatório do saneamento básico, vigente desde julho do ano passado, que determina índice de cobertura de 90% para o serviço de coleta e tratamento de esgoto e de 99% para o serviço de abastecimento de água tratada até 2033.

Os R\$ 500 milhões tomados junto ao Banco do Brasil integra a estratégia de captação de recursos da empresa para os próximos cinco anos (2021-2025) e será aplicado na implantação de sistema de esgotamento sanitário (SES) nos municípios de Serrinha, Barra do Choça, Capim Grosso, Riachão do Jacuípe, Ruy Barbosa, Amargosa e Conceição do Coité e na ampliação do SES de Jequié. Organizações de fomento ao desenvolvimento econômico e social e parcerias com o setor privado também integram a estratégia de captação de recursos da Embasa.

**Fonte: Ascom/Embasa**

<b>Veículo: Política Livre</b>	
<b>Data: 10.03.2021</b>	<b>Caderno: Economia</b>



10 de março de 2021 | 06:49

## **Bahia recebe novas doses de vacina contra Covid e já começa distribuição para interior**

### **BAHIA**

Uma nova remessa de vacinas contra a Covid-19 chegou à Bahia na noite desta terça-feira (9). Trazidas em um voo comercial que pousou no aeroporto de Salvador às 23h10, as 178.600 doses do imunizante produzido pelo Butantan começaram a ser distribuídas para o interior do estado na manhã desta quarta-feira (10). Este é o sétimo envio que chega ao estado. Com esta carga, a Bahia totaliza 1.289.800 doses recebidas, entre Coronavac e Oxford, desde o dia 18 de janeiro, quando chegou a primeira remessa.

As vacinas são enviadas para o interior pelo Grupamento Aéreo da Polícia Militar, após a organização das doses feita pela equipe da coordenação de imunização do estado. Elas serão encaminhadas para as centrais regionais no interior da Bahia, de onde serão despachadas para os municípios.

Segundo a coordenadora de imunização do Estado, Vânia Rebouças, somente os municípios que já utilizaram 85% das doses anteriormente recebidas terão nova remessa. Ela explica que esta decisão foi definida em reunião da CIB (Comissão Intergestores Bipartite – instância que reúne representantes das secretarias municipais de saúde e da Secretaria da Saúde do Estado). “Metade das doses que seria enviado para os municípios que não cumpriram a meta serão redistribuídos para aqueles que já tiverem utilizado mais de 90%. A outra metade ficará armazenada na Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos da Secretaria da Saúde do Estado. Esta estratégia não foi uma imposição da Sesab e sim uma deliberação feita de forma conjunta com os municípios”, afirma.

Esta nova remessa dará possibilidade de que continue sendo imunizado o público alvo da primeira fase do plano de vacinação contra Covid-19. “Ficou também definido em CIB



que aqueles municípios que conseguirem alcançar as metas da primeira fase, poderão ampliar a aplicação das doses para idosos de 70 anos ou mais, de forma decrescente de idade”, aponta Vânia Rebouças.

O secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas destaca que o Estado tem feito um apelo adicional para que os municípios ao receberem as doses, utilizem elas em até 48 horas. “Quanto mais rápido a gente vacinar, menos pessoas vão contrair a doença e menor será o número daquelas que vão precisar de leitos de UTI”, pontua.

### **Distribuição**

Helicópteros e aviões da Secretaria da Segurança Pública e da Casa Militar do Governador (CMG) iniciaram, às 5h30 desta quarta-feira (10), o transporte aéreo de mais 177 mil vacinas contra a covid-19. Os imunizantes foram encaminhados para 20 cidades da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e do interior do estado.

Dois helicópteros e cinco aviões do Grupamento Aéreo (Graer) da Polícia Militar e da CMG foram empregados, na 7ª fase da Operação de Distribuição de Vacinas. Além do transporte, a SSP, através das polícias Militar e Civil, além do Corpo de Bombeiros, atua também na guarda e escolta dos imunizantes contra o novo coronavírus.

“As vacinas chegaram no final da noite de ontem e já estão sendo encaminhadas. Importante destacar o empenho dos policiais envolvidos nessa importante missão e também dos servidores estaduais e municipais da Saúde”, enfatizou o secretário da Segurança Pública, Ricardo Mandarinó.



## Bahia recebe novas doses de vacina contra Covid-19 e já começa distribuição para interior

10 março 2021



Uma nova remessa de vacinas contra a Covid-19 chegou à Bahia na noite desta terça-feira (9). Trazidas em um voo comercial que pousou no aeroporto de Salvador às 23h10, as 178.600 doses do imunizante produzido pelo Butantan começaram a ser distribuídas para o interior na manhã desta quarta-feira (10). Este é o sétimo envio que chega ao estado. Com esta carga, a Bahia totaliza 1.289.800 doses recebidas, entre Coronavac e Oxford, desde o dia 18 de janeiro, quando chegou a primeira remessa.

As vacinas são enviadas para o interior pelo Grupamento Aéreo da Polícia Militar, após a organização das doses feita pela equipe da coordenação de imunização do estado. Elas serão encaminhadas para as centrais regionais no interior da Bahia, de onde serão despachadas para os municípios.

Segundo a coordenadora de imunização do Estado, Vânia Rebouças, somente os municípios que já utilizaram 85% das doses anteriormente recebidas terão nova remessa. Ela explica que esta decisão foi definida em reunião da CIB (Comissão Intergestores Bipartite – instância que reúne representantes das secretarias municipais de saúde e da Secretaria da Saúde do Estado). “Metade das doses que seria enviado para os municípios que não cumpriram a meta serão redistribuídos para aqueles que já tiverem utilizado mais de 90%. A outra metade ficará armazenada na Central Estadual de Armazenamento e Distribuição de Imunobiológicos da Secretaria da Saúde do Estado. Esta estratégia não foi uma imposição da Sesab e sim uma deliberação feita de forma conjunta com os municípios”, afirma.

Esta nova remessa dará possibilidade de que continue sendo imunizado o público alvo da primeira fase do plano de vacinação contra a Covid-19. “Ficou também definido em CIB que aqueles municípios que conseguirem alcançar as metas da primeira fase, poderão ampliar a aplicação das doses para idosos de 70 anos ou mais, de forma decrescente de idade”, aponta Vânia Rebouças.

O secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas destaca que o Estado tem feito um apelo adicional para que os municípios ao receberem as doses, utilizem elas em até 48 horas. “Quanto mais rápido a gente vacinar, menos pessoas vão contrair a doença e menor será o número daquelas que vão precisar de leitos de UTI”, pontua.

### Distribuição

Helicópteros e aviões da Secretaria da Segurança Pública e da Casa Militar do Governador (CMG) iniciaram, às 5h30 desta quarta-feira (10), o transporte aéreo de mais 177 mil vacinas contra a Covid-19. Os imunizantes foram encaminhados para 20 cidades da Região Metropolitana de Salvador (RMS) e do interior

do estado.

Dois helicópteros e cinco aviões do Grupamento Aéreo (Graer) da Polícia Militar e da CMG foram empregados, na 7ª fase da Operação de Distribuição de Vacinas. Além do transporte, a SSP, através das polícias Militar e Civil, além do Corpo de Bombeiros, atua também na guarda e escolta dos imunizantes contra o novo coronavírus.

“As vacinas chegaram no final da noite de ontem e já estão sendo encaminhadas. Importante destacar o empenho dos policiais envolvidos nessa importante missão e também dos servidores estaduais e municipais da Saúde”, enfatizou o secretário da Segurança Pública, Ricardo Mandarino.

Veículo: Bahia Notícias	Online
Data: 10/03/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 10 de Março de 2021 - 11:00

## ***Bahia deve abrir novos leitos Covid-19 após receber doação de respiradores de mineradora***



A mineradora Bamin doou ao governo do estado, na manhã desta quarta-feira (10), 32 respiradores para equipar unidades de saúde da Bahia usadas no tratamento de pacientes com Covid-19.

Do total, cinco equipamentos devem ser direcionados para hospitais de Caetitê e cinco para Ilhéus, cidades que ficam na região de atuação da mineradora. A distribuição dos outros 22 ficará a critério da Secretaria Estadual da Saúde (Sesab). Os equipamentos devem permitir a abertura de mais leitos Covid pela gestão estadual.

Para o governador Rui Costa, doações como esta são muito importantes para reforçar as ações do poder público. “Em momentos críticos como este, onde temos um inimigo comum para vencer, é fundamental a união de todos. A parceria entre poder público, empresas privadas e a sociedade nos conduzirá à vitória contra a Covid-19, portanto temos que reconhecer e valorizar doações como esta”, avalia Rui.

“Estamos correndo contra o relógio para abrir mais leitos de UTI e os ventiladores são um dos pontos críticos. Essa doação será muito importante na abertura de novos leitos no estado, principalmente neste momento em que a taxa de ocupação está elevada”, afirmou o secretário da Saúde do Estado, Fábio Vilas-Boas.



Veículo: Bahia Notícias	Online
Data: 10/03/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 10 de Março de 2021 - 10:20

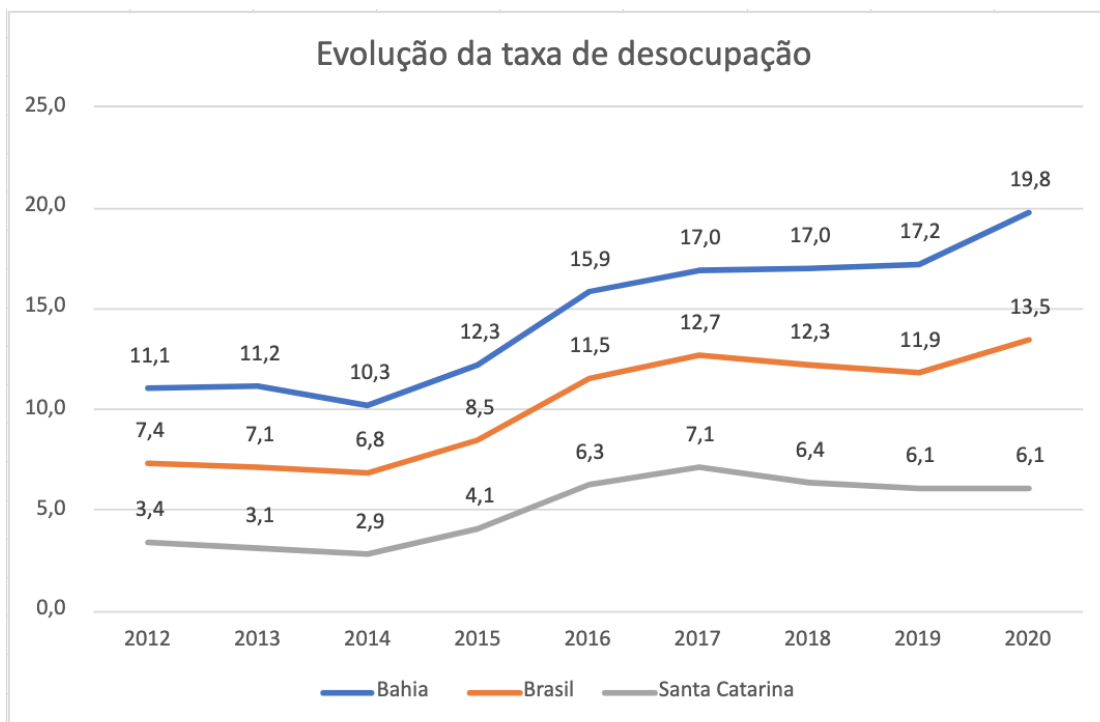
## ***Taxa de desocupação chega a 19,8% em 2020 e bate recorde na Bahia, diz IBGE***

No último trimestre de 2020, de outubro a dezembro, a taxa de desocupação na Bahia ficou em 20,0%, um pouco menor do que a verificada no terceiro trimestre (20,7%), mas ainda acima da registrada no quarto trimestre de 2019 (16,4%). Com essa taxa, igual a de Alagoas, o estado se manteve com o maior índice do país pelo sexto trimestre consecutivo.

Esses números se referem à proporção de pessoas a partir dos 14 anos que procuraram, mas não conseguiram trabalho em relação ao total de pessoas que estão na força de trabalho, seja trabalhando (ocupadas) ou procurando (desocupadas).

Com esses dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao longo de todo o ano de 2020, a taxa média de desocupação na Bahia ficou em 19,8%, a maior do Brasil e um recorde para o estado na série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), iniciada em 2012. De acordo com o IBGE, a última vez que a Bahia fechou um ano com a maior taxa de desocupação do país foi em 2016 (15,9%).

A nível de Brasil, Santa Catarina tem a posição mais favorável, com apenas 6,1% de taxa de desocupação. Diferente da Bahia e do Brasil, o estado da região Sul manteve sua média estável em relação ao ano passado.



Fonte: PNAD Contínua Trimestra/ IBGE

## REFLEXO DE OITO ANOS

O IBGE avalia que a desocupação histórica registrada na Bahia em 2020 é fruto de resultados negativos em todos os grupos populacionais envolvidos no mercado de trabalho. O número de pessoas trabalhando, fosse em ocupações formais ou informais (população ocupada), chegou a seu mais baixo patamar desde 2012: 5.159 milhões. Isso representou menos 626 mil pessoas ocupadas, em média, de 2019 para 2020, na Bahia: uma queda de 10,8%.

Por outro lado, o número de pessoas que não estavam trabalhando e procuraram trabalho no estado (população desocupada) atingiu seu pico, chegando a 1.272 milhão de desocupados, em média, em 2020, 70 mil a mais do que em 2019 (+5,8%).

Pessoas de 14 anos ou mais de idade - Bahia (em mil pessoas)										2020/2019 (mil pessoas)	2020/ 2019 (%)	2020/2012 (mil pessoas)	2020/ 2012 (%)
Indicador	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020				
População na força de trabalho	6 871	6 802	7 020	7 179	7 030	6 953	6 914	6 987	6 431	- 556	-8,0	-439	-6,4
População ocupada	6 111	6 045	6 299	6 298	5 914	5 776	5 739	5 785	5 159	- 626	-10,8	-952	-15,6
População desocupada	759	756	720	881	1 115	1 178	1 176	1 202	1 272	70	5,8	513	67,5
População fora da força	4 302	4 457	4 382	4 374	4 626	4 874	4 992	5 013	5 795	782	15,6	1493	34,7
Pessoas desalentadas	323	341	287	339	528	629	788	772	808	36	4,6	486	150,5

Fonte: PNAD Contínua Trimestral/ IBGE

Imagem: IBGE

De acordo com o IBGE, a desocupação só não foi maior porque também cresceu, de forma significativa, o número de pessoas que estavam fora da força de trabalho, o grupo que, por algum motivo, não estava trabalhando nem procurando um trabalho. Foram 5.795 milhões de pessoas nessa situação no estado, 782 mil a mais do que em 2019 (+15,6%).

Além disso, o número de desalentados também voltou a crescer no ano passado, chegando a seu maior patamar em oito anos.

A população desalentada é aquela que está fora da força de trabalho por uma das seguintes razões: não conseguia trabalho, ou não tinha experiência, ou era muito jovem ou idosa, ou não encontrou trabalho na localidade. Entretanto, se tivesse conseguido trabalho, estaria disponível para assumir a vaga. Eles somavam 808 mil pessoas em 2020, 36 mil a mais do que em 2019 (+4,6%).

Veículo: Metro1	
Data: 09/03/21	



## Bahia

# Setor de serviços teve queda de 10% na Bahia, aponta IBGE

*Das cinco atividades de serviço no estado baiano, quatro tiveram recuo*



Foto : Tânia Rêgo / Agência

Brasil

Por **Luciana Freire** no dia 09 de Março de 2021 · 22:00

O volume do setor de serviços na Bahia caiu 10,1% no mês de janeiro de 2021, em comparação ao mesmo mês do ano anterior. Comparado a dezembro de 2020, a queda é de 6,3%.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esse foi o pior janeiro para o setor baiano em dez anos, desde quando a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) começou a ser realizada, em 2011.

Em dados gerais, neste período, a Bahia ficou em quarto lugar, atrás de Alagoas (com queda de 16,9%), Rio Grande do Norte (queda de 16,8%) e Sergipe (queda de 15,8%).

Das cinco atividades de serviço no estado baiano, quatro tiveram recuo. A principal delas foi o setor de serviços prestados à família.





## Governador anuncia edital de R\$ 10 milhões para micro e pequenas empresas investirem em projetos inovadores

10 março 2021



Foto: Divulgação

O governador Rui Costa usou as redes sociais, na manhã desta quarta-feira (10), para anunciar o lançamento do edital Governo Inteligente, voltado aos micro e pequenos empresários. Serão investidos R\$ 10 milhões em projetos inovadores que possam solucionar problemas reais da gestão pública. A iniciativa é da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia (Fapesb), em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), e faz parte do Programa de Apoio à Pesquisa na Micro e Pequena Empresa (PAPPE).

Pensando na potencialização da economia do estado, o edital também é inovador, pois as propostas devem ser apresentadas a partir de desafios do dia a dia dos brasileiros. Para chegar a cada desafio apresentado no edital, a Fapesb indagou diversas secretarias do governo e outras instâncias da esfera pública quais eram as suas maiores dificuldades perante o momento atual. Com base nessas demandas, os micro e pequenos empreendedores poderão criar soluções inovadoras, gerando projetos com tecnologias específicas.

Para o diretor de inovação da Fapesb, Handerson Leite, o edital lançado, além de outros benefícios, injeta dinheiro na economia do estado. “Com esses projetos apresentados pelos empresários, faremos com que todos saiam ganhando: o governo, os empresários e principalmente a população. É uma maneira de ajudar a impulsionar a economia do Estado nesse momento de crise. Além disso, as propostas apresentadas poderão gerar emprego e renda para os baianos, pois os projetos admitem a possibilidade de contratação de profissionais com os recursos. E o melhor, os valores investidos não serão reembolsáveis”, contou.

A secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação, Adélia Pinheiro, também vê essa oportunidade como um grande investimento econômico e tecnológico para o estado. “As propostas que serão aceitas pelo edital não só contribuirão com o desenvolvimento de produtos para o uso na governança pública, mas também impulsionarão a economia do estado após a pandemia”, afirmou.

Para se inscrever, é preciso ser micro ou pequena empresa residente no estado da Bahia e estar em situação regular junto ao governo e ter um projeto de desenvolvimento de um processo, produto ou serviço, propondo a solução do desafio escolhido no edital. Os interessados já podem acessar os detalhes do edital Governo Inteligente no [site da Fapesb](#).



## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

**PUBLISHER** Luiz Frias  
**DIRETOR DE REDAÇÃO** Sérgio Dávila  
**SUPERINTENDENTES** Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito  
**CONSELHO EDITORIAL** Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)  
**DIRETORIA-EXECUTIVA** Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Caos sem vacina

Economia não volta sem imunização; Bolsonaro é responsável pelo agravamento da crise

É estarrecedor descobrir, enquanto o país bate recordes de mortes diárias causadas pela Covid-19 e faz contas aflitas para a chegada de vacinas, que o governo de Jair Bolsonaro recusou em 2020 três ofertas de imunizantes da farmacêutica Pfizer, num total de 70 milhões de doses até o final deste ano.

Conforme a Folha noticiou, um acordo com a empresa teria permitido que a vacinação dos brasileiros começasse já em dezembro passado. Até fevereiro, seriam 3 milhões de doses, o que permitiria números menos ruins hoje.

Até aqui, somente 8,7 milhões receberam uma primeira dose de imunizante, ou 5,4% da população adulta. Os que já tiveram acesso à segunda dose limitam-se a 3 milhões (1,8% dos maiores de 18 anos).

Em tal cenário, qualquer percalço pode constituir uma tragédia em potencial — atrasos na importação da Índia e o que parece ter sido um acidente na linha de produção da Fiocruz, por exemplo, deixarão o país sem ao menos 15,2 milhões de injeções neste março.

Essa escassez dramática se dá em meio a uma nova e avassaladora onda de contágios da pandemia, que, além de custar vidas aos milhares, força a volta da paralisação de atividades Brasil a fora — o que trava a economia, com consequências ainda mais devastadoras para a população mais pobre e dependente do trabalho presencial. As projeções de crescimento do

Produto Interno Bruto no ano, já medíocres desde o início, estão em queda. Hoje estão pouco acima dos 3%, indicando que o país não reverte a queda de 4,1% amargada em 2020 — e tendem a piorar se prosseguir a derrocada na saúde.

O primeiro trimestre já foi perdido, e o segundo está sob ameaça. A tortuosa política econômica do governo inspira desconfiança; a retomada depende fundamentalmente da vacinação.

O desastre produzido por Bolsonaro e por seu ajudante de ordens Eduardo Pazuello ainda pode e precisa ser atenuado. Urge importar mais vacinas já e induzir laboratórios a apresentar os dados para aprovação de seus produtos.

Os contratos com empresas desprezadas devem ser fechados imediatamente, de modo que cheguem imunizantes no segundo semestre, quando existe a ameaça real de novas ondas com novas variantes.

A acreditar no cronograma do Ministério da Saúde, até o final de maio seria possível aplicar pelo menos uma dose a cerca de 63,7 milhões de pessoas, cerca de 40% da população adulta. No entanto tal previsão ainda depende da confirmação de laboratórios nacionais.

A esta altura será ingenuidade apostar num surto de compaixão ou responsabilidade por parte de Bolsonaro. Resta esperar que o maior responsável pela crise trate de mitigar a tragédia em benefício de sua própria sobrevivência política.

## O papa no Iraque

Em viagem que mereceu crítica pelo risco sanitário, Francisco buscou fortalecer diálogo com o Islã

Após passar 12 meses encerrado no Vaticano devido à pandemia, o papa Francisco quis marcar sua volta ao cenário mundial com uma viagem de peso simbólico e histórico.

Com o giro de quatro dias pelo Iraque, concluído na segunda (8), Francisco tornou-se o primeiro pontífice a visitar o país do Oriente Médio, uma terra repleta de vestígios da antiguidade bíblica, mas ferida nos últimos anos pelo sectarismo, pela desastrosa ocupação estrangeira e pela cruenta perseguição a minorias religiosas.

Seus dois últimos predecessores haviam tentado a empreitada, mas terminaram desistindo ante os conflitos no país e as dificuldades de negociação com o governo local.

Não obstante sua importância, a viagem mereceu justas críticas em razão do momento escolhido.

O Iraque vive um renovado surto de contaminações pelo coronavírus e alguns dos sermões papais ocorreram em locais abarrotados, onde a ventilação deficiente e a falta de protocolos eficazes de prevenção tendem a atuar como facilitadores do contágio.

Para Francisco, contudo, a imprudência se justificaria pelos objetivos da visita, definida por ele como um dever em relação a uma

terra martirizada por tantos anos.

Dentre suas principais missões, o papa buscou oferecer apoio à acuada minoria cristã da região.

Lar de algumas das comunidades mais antigas do cristianismo, o Iraque viu a população cristã cair drasticamente a partir da invasão americana, em 2003, num movimento exacerbado pela ascensão dos terroristas do Estado Islâmico, em 2014. Do cerca de 1,5 milhão de fiéis do começo do século restam hoje menos de 250 mil — boa parte se refugiou em países vizinhos.

Em paralelo, Francisco buscou fortalecer o diálogo entre a Igreja Católica e o Islã, um dos temas centrais de seu papado, ao se tornar o primeiro pontífice a encontrar o grande aiatolá Ali Al-Sistani, considerado a principal autoridade dos muçulmanos xiitas, predominantemente no Iraque e no Irã.

Tendo escolhido para a viagem o lema "Vós sois todos irmãos", extraído do Evangelho de Mateus, o papa defendeu uma frente inter-religiosa em prol da fraternidade e contra o fanatismo e a violência.

Num momento em que cristãos ainda são perseguidos no Oriente Médio e o preconceito contra muçulmanos viceja no Ocidente, trata-se de mensagem necessária.



## Qual Lula será candidato em 2022?

Hélio Schwartzman

**SÃO PAULO** Ao que tudo indica, Luiz Inácio Lula da Silva poderá concorrer à Presidência no ano que vem. Isso altera significativamente os planos de candidatos e partidos que já começavam a desenhar cenários para o próximo pleito.

Na leitura mais superficial, mas não necessariamente errada, o retorno do petista ao jogo reforça a polarização. Os beneficiados seriam o próprio Lula e seu antipoda, o presidente Jair Bolsonaro, que, mobilizando seus núcleos de apoiadores fiéis e demonizando os adversários, carimbariam seus passaportes para o segundo turno, fechando as portas para candidaturas mais ao centro.

O problema com essa interpretação é que ela parte do pressuposto de que o Lula de 2022 será um Lula radical, parecido com o que se candidatou em 1989 ou com o que discursou às vésperas de ser preso pela Lava Jato em 2018. Mas não há nenhuma garantia de que tal premissa se mantenha.

Lula já deu repetidas mostras de que é um camaleão político, capaz

de vestir a roupagem que mais lhe convém. Se ele sentir que tem mais chances de chegar ao Planalto com o figurino de candidato moderado, ele o adotará. Nada o impede de repetir a trajetória de 2002, quem sabe até reeditando uma versão da "Carta ao povo brasileiro" e forçando o PT a fazer uma tardia autocrítica do governo Dilma. Isso seria crível? Bem, se as pessoas acreditarem que Bolsonaro era liberal, então acreditam em qualquer coisa.

Meu ponto é que não estamos condenados à polarização. Dependendo da dinâmica que a campanha assumir, poderemos assistir à reintrodução do teorema do eleitor mediano, pelo qual os principais candidatos buscam desde o início apresentar-se como moderados para conquistar os cidadãos que rejeitam extremos, que são normalmente a maioria.

Se o vencedor vai governar de acordo com as promessas ou cometer mais um estelionato eleitoral é uma outra questão. Mas tratemos de um problema de cada vez.

heio@uol.com.br

## A covardia do tribunal

Bruno Boghossian

**BRASÍLIA** Num voto de 102 páginas, Gilmar Mendes disse que a força tarefa da Lava Jato criou "o maior escândalo judicial" do país. O Supremo conhece há tempos os métodos da operação, a limpo se dispôs a passar a história a limpo agora, sete anos depois que a investigação começou.

As últimas 48 horas dão pistas dos motivos do atraso. A manobra de Edson Fachin para evitar o julgamento da suspensão de Sergio Moro reflete a covardia do tribunal na hora de enfrentar os fantasmas da operação. Já o movimento de Gilmar para reabrir uma ação que dormiu em sua gaveta por dois anos é um exemplo dos desvios da política interna da corte.

Fachin agiu de surpresa na segunda (8) e anulou os processos da Lava Jato em Curitiba contra Lula. O objetivo do ministro ficou claro no dia seguinte, quando ele citou a própria decisão para tentar barrar o julgamento de uma das ações que questionam a atuação de Moro como juiz.

A estratégia de Fachin só pode ter como base a convicção de que o STF aceitará uma decisão de alta rele-

vância como artimanha para entrar outro tema espinhoso. Com tudo o que se sabe atualmente sobre a operação, parte dos ministros ainda se recusa a esmiuçar a atuação da Lava Jato e de seus personagens.

O segundo capítulo ocorreu na terça (9), quando Gilmar reabriu o julgamento da ação que contesta o trabalho de Moro. Desde 2018, o ministro dava sinais de que era favorável à defesa do ex-presidente, mas seguiu o voto por temer uma derrota.

A mudança na composição da Segunda Turma, a revelação das mensagens da Lava Jato pelo site The Intercept Brasil e a trama de Fachin mudaram o ambiente. Gilmar citou a condução coercitiva de Lula para dizer que a operação tinha um "modelo hediondo" e chamou a quebra de sigilo de advogados do petista de "coisa de regime totalitário".

Os adjetivos encobrem o fato de que Moro tomou aquelas decisões em 2016, à luz do dia, e demorou a ser incomodado pelos tribunais. Teve tempo para continuar os processos e virou até ministro da Justiça.

## A Lei de Murphy ataca

Ruy Castro

**RIO DE JANEIRO** Você conhece o enunciado: "Se alguma coisa tem chance de dar errado, dará." É a Lei de Murphy, um sistema de pensamento sugerido sem querer, em 1948, pelo engenheiro Edward Murphy (1918-1992), num laboratório espacial quando testava um sistema de frenagem de foguetes. A frase foi ouvida pelo coronel J.P. Stapp, que a transformou em lei e criou um de seus primeiros corolários: "Se alguma coisa tem chance de dar errado, dará — e na pior hora". Em 1974, o escritor Arthur Bloch expandiu-a em dezenas de variações que, por sua vez, também ganharam adaptações em toda parte. Para sua reflexão nesses dias de tiroteio de decisões entre os ministros do STF, eis algumas.

"Nada é tão ruim que não possa piorar." Toda solução cria novos problemas." "Se há possibilidade de várias coisas darem errado, dará errado a que causar mais problemas." "Problemas complexos têm soluções simples, de fácil compreensão e erradas." "O homem que consegue sor-

rir quando alguma coisa dá errada é porque pensou em alguém em quem botar a culpa." "Quem ri por último é porque não entendeu a piada."

"Se determinada medida não vale a pena, não vale a pena ser bem executada." "Na prática, funciona. Mas funcionará na teoria?" "Nenhuma experiência é um erro completo. Sempre pode servir de exemplo negativo." "Quando um erro é descoberto e corrigido, descobre-se depois que não estava errado." "Nunca discuta com um idiota. Os outros podem não saber quem é quem."

"Nunca atribua à esperteza o que é facilmente explicável pela burrice." "Se a situação parece ter melhorado, é porque você não está percebendo alguma coisa." "A situação ainda vai piorar antes de melhorar." "Quem disse que a situação vai melhorar?"

Um Murphy brasileiro diria: "O Brasil já tinha Bolsonaro e uma pandemia capaz de dizimar a população. Era preciso tomar uma providência. Tomou. Agora tem a pandemia, Bolsonaro e Lula".

## Negacionismo fiscal

Antonio Delfim Netto

Economista e ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici).  
Escreve às quartas

A tragicomédia da cena econômica brasileira continua de vento em popa, para o espanto da plateia e os aplausos dos que não demonstram nenhum compromisso com o país.

O relatório final da PEC Emergencial é uma sombra das propostas originais de ajuste e reorganização fiscal. Sumiram as medidas com efeitos de curto prazo e ficaram, principalmente, ajustes na estrutura de funcionamento da política fiscal e os gatilhos de contenção das despesas, sob a promessa renovada de sermos fiscalmente menos irresponsáveis no futuro.

Para resolver o problema do pagamento necessário e urgente do auxílio emergencial, tirou-se do teto de gastos deste ano um montante de R\$ 44 bilhões.

O texto, aparentemente, foi o possível de ser construído politicamente, dada a nossa baixa propensão a resolver problemas concretos hoje, mas, ao mesmo tempo, garantir que a situação não desmorone de imediato.

No entanto, não contentes com o desfecho, os relatos são de que alguns senadores, apoiados e, pior, instruídos pelo próprio presidente da República, tentaram aproveitar as horas que antecederam a votação para desconstruir o trabalho da equipe econômica do próprio governo e finalmente furar o teto de gastos. A manobra de retirar do teto as despesas com a Bolsa Família e sabê-se lá mais o que, numa conta que poderia chegar a R\$ 150 bilhões em 2021/22, para abrir espaço no teto para gastos com investimentos e emendas parlamentares, é espantosa até para os padrões brasileiros.

O comportamento da taxa de câmbio, dos juros futuros e do risco país na semana passada são apenas meros momentos momentâneos do estrago que virá do completo abandono da âncora fiscal brasileira, pois é disso que se trata. A crise que será produzida terá efeitos concretos mais adiante, todos eles velhos conhecidos do Brasil: inflação, recessão, desemprego e perda de renda. Todos eles decorrentes das políticas "bem intencionadas" de intervir nos mercados para controlar a subida inconveniente de alguns preços, dar uma "ajuda" aos mais pobres e concretizar projetos que, agora mais do que nunca, se fazem indispensáveis.

Não há como um governo paralelo funcionar dentro do próprio governo, e é preciso que os que aconselham o presidente e os senadores tenham um pouco mais de compromisso com o Brasil. O comprometimento não deveria ser difícil. Afinal, a recessão de 2015/2016 foi produto das mesmas "grandes" ideias, e os resultados, celebrados na pior década da história da economia brasileira. Para o nosso lamentado, em Brasília, o pior instrumento de convencimento que existe é a lógica.



## mercado

# Ascensão de Lula retarda rompimento do mercado financeiro com Bolsonaro

Bancos comerciais e de investimento queriam nome de centro; agora, avaliam apoio à reeleição

Julio Wiziack

BRÁSILIA A possível candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à sucessão presidencial em 2022 piorou o humor de algumas das principais instituições do mercado financeiro.

Elas agora relutam em romper com Jair Bolsonaro apesar da certeza de que o presidente não irá cumprir a prometida agenda liberal e que trabalha, nos bastidores, para agravar ainda mais o quadro fiscal como forma de viabilizar sua reeleição.

Antes da decisão do ministro do Supremo Edson Fachin, que anulou todas as condenações contra o ex-presidente pela Justiça Federal de Curitiba — devolvendo, assim, os direitos políticos a ele — na segunda (8), banqueiros e gestores dos maiores fundos de investimento do país já estavam prestes a romper com o governo.

Contrariados com as promessas liberais não cumpridas, a intervenção de Bolsonaro na Petrobras e nas estatais, e céticos em relação ao poder do ministro da Economia, Paulo Guedes, representantes das maiores instituições financeiras do país se animavam com a possibilidade de apoio a um nome de centro para a sucessão presidencial. Esse grupo recebeu a decisão de Fachin como um balde de água fria.

A Folha ouviu dois presidentes dos maiores bancos comerciais, dois gestores de investimentos e dois economistas-chefes de instituições financeiras, sob condição de anonimato.

O clima de frustração entre eles foi unânime. Afirmaram que o setor estava muito perto de um rompimento com Bolsonaro diante do agravamento acelerado dos principais indicadores da saúde financeira do país: inflação, câmbio, juros, endividamento e risco-país.

Um dos bancos operava com dois cenários no início deste ano. No mais otimista, que previa travas de controle fiscal na PEC Emergencial, o país conseguiria manter o câmbio na casa de R\$ 4,70 e a inflação sob controle.

No modelo mais pessimista, o governo não conseguiria



Mulher à frente da Bolsa de Valores de SP, que fechou nesta terça-feira (9) em alta de 0,65%, aos 111.330,62 pontos; dólar subiu 0,10%, para R\$ 5,7920. Amanda Perobelli/Reuters

impor rigor fiscal na PEC, e o câmbio chegaria a R\$ 6 rapidamente com inflação em alta. Nesta terça-feira (9), o dólar fechou a R\$ 5,80.

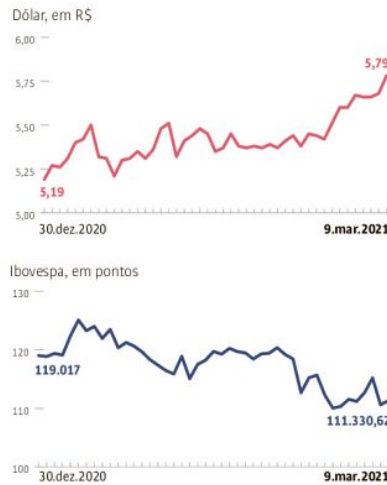
Diante desse cenário político, dizem que será preciso "dar alguns passos atrás" porque Bolsonaro voltou a ganhar força e pode preservar o apoio do setor caso sinalize com alguma reforma, qualquer que seja.

Sabem que dificilmente reformas mais estruturantes serão realizadas mas, para redobrar a aposta, Bolsonaro "terá de entregar alguma coisa", ainda que seja uma simplificação tributária. Nesse caso, querem um compromisso do próprio presidente e da ala ideológica.

Do ponto de vista do controle fiscal, já não bastam mais medidas paliativas como o fim do abono salarial ou o congelamento de salário de servidores. Para o mercado, essas medidas já deveriam ter sido tomadas havia mais tempo como forma de abrir algum espaço para despesas agora necessárias com a pandemia.

Como ainda não precifica-

## Mercado se deteriora em 2021



Fonte: CMA

## A decisão de Fachin aos olhos do mercado

### Lula

- A maioria recusa a volta de uma política marcada pela maior participação do Estado na economia
- Banqueiros consideram que parte do empresariado que parte do empresariado avesso à política da livre concorrência poderia abrir dissidência e apoiar a candidatura

### Bolsonaro

- Na avaliação de altos executivos do setor financeiro, o presidente estava a um passo do rompimento com o setor diante de suas sucessivas tentativas de minar as metas fiscais e recusa em levar adiante a promessa de campanha de implementar a agenda liberal de Guedes
- Com a decisão de Edson Fachin, a avaliação é que Bolsonaro pode sustentar o apoio do setor caso acene com medidas reformistas, quaisquer que sejam

ram o "risco Lula" — cálculo do impacto da candidatura nos indicadores econômicos aos quais está atrelada a remuneração dos investimentos —, não têm um "plano B".

No entanto, resistem ao petista porque não querem a volta das políticas de aumento da intervenção do Estado na economia e nas empresas, como a concessão de subsídios diretos a setores ou via BNDES.

Mas reconhecem que haverá um racha no empresariado. Para eles, setores pouco produtivos e contrários à abertura de mercados, como a indústria, tendem a apoiar Lula mirando a volta das políticas assistencialistas.

Na avaliação desses banqueiros, apesar de Bolsonaro estar mais confiante na aprovação pelo Congresso de uma pauta "mais populista capaz de garantir a reeleição", o setor tem mais chances de alguma reforma com Bolsonaro do que com Lula devido à base de apoio que o presidente arrematou no Congresso.

Isso não significa que estejam confortáveis com es-

sa possibilidade. O mercado considerou a votação da PEC Emergencial como marco da retirada de apoio ao governo. Caso a PEC fosse aprovada sem as travas fiscais, marcaria a debandada de instituições nacionais, agravando a queda da Bolsa.

Desde que a proposta foi submetida ao Senado, esses executivos afirmam que vêm monitorando a atuação do Planalto nos bastidores. Seus emissários detectaram a intenção de Bolsonaro de retirar da PEC gastos sociais para, assim, escaparem da lei do teto — regra fiscal que restringe a correção das despesas de um ano à inflação do ano anterior.

Uma brecha poderia tornar sem efeito o trecho que previa corte de benefícios tributários, deixando intocados os incentivos existentes hoje na legislação.

Apesar do esforço do Planalto em agradar à base aliada, o Senado preservou dispositivos que garantiram algum controle fiscal.

Esses banqueiros dizem que, nesta semana, com o texto tramitando na Câmara, Bolsonaro delegou a tarefa de conseguir novas brechas para gastos fora do teto para um deputado da base aliada e a seu filho Eduardo Bolsonaro (PSL-SP).

Segundo esses executivos, Bolsonaro queria conceder benefícios para setores da economia que o apoiaram — como a indústria — e beneficiar categorias do ajuste, como policiais e outros profissionais da segurança pública. Escapariam, por exemplo, de congelamento salarial.

No entanto, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a "maioria esmagadora" dos partidos da base apoiou o texto como veio do Senado, para acelerar a liberação do auxílio emergencial.

Nas últimas semanas, a B3 perdeu mais de R\$ 15 bilhões com estrangeiros que venderam suas ações de empresas nacionais, especialmente Petrobras. Com a alta dos combustíveis, Bolsonaro interveio na petroleira trocando o presidente, que resistia a comprar as remanâncias com caixa da companhia.

O principal executivo de um banco estrangeiro de investimento ironizou a fala do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que o dólar chegaria a R\$ 5 e o governo "fizesse muita besteira".

Na segunda-feira (9), o dólar ficou R\$ 0,10 mais caro. A moeda fechou em alta de 1,67%, a R\$ 5,7770, maior valor desde 15 de maio de 2020. Nesta terça (9), foi a R\$ 5,7920 (+ 0,10%).

Leia mais na coluna de Vinícius Torres Freire, na pág. A22

# Investidor vê mais risco fiscal com petista do que com presidente

Júlia Moura

SÃO PAULO Para participantes do mercado financeiro, um novo governo Luiz Inácio Lula da Silva representa um maior risco à saúde fiscal do país do que a continuidade de Jair Bolsonaro na Presidência. Pelo menos, neste primeiro momento.

Como não está definido se Lula será mesmo candidato em 2022, muito menos qual será sua plataforma de governo e equipe econômica, analistas dizem que ainda é cedo para avaliar qual candidato é preferível em termos econômicos.

A aposta, por ora, é que o petista adotaria uma política populista que levaria o país a um aumento de gastos públicos. Por outro lado, a continuidade do ministro Paulo Guedes (Economia) no governo Bolsonaro traz uma certa segurança entre investidores de que a responsabilidade fiscal não será abandonada e o teto de gastos continuará preservado.

"Por enquanto, o mercado não desembarca do governo Bolsonaro, especialmen-

te por Guedes, que tem as reformas no radar e passa muita confiança. Se o ministro sair, muda muito", diz Daniel Herrera, analista da Toro Investimentos.

Segundo Herrera, se as reformas não andarem e se novos nomes ao redor de Guedes — como o presidente do Banco do Brasil, André Branda — saírem, o apoio ao governo se esvai.

Agenda liberal de Bolsonaro está na corda bamba desde que o presidente interferiu na Petrobras, indicando o general Joaquim Silva e Luna para substituir o atual presidente da empresa, Roberto Castello Branco.

"Bolsonaro disse que não ia interferir na economia, e não foi isso que aconteceu. Já vimos que ele não é muito adepto do liberalismo econômico. Bolsonaro por Bolsonaro é complicado", diz Camilla Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos.

Ela frisa, contudo, que atualmente insatisfação não é flerte com governos passados. "No momento, Bolsonaro é a melhor opção [do que Lula], sem dívidas, pelo que precisa

ser feito em termos de agenda econômica. Ele é preferível a Lula desde que mantenha uma equipe econômica que garanta responsabilidade fiscal", afirma Camila.

Analistas não descartam, porém, a possibilidade de Lula adotar um tom mais conciliador e de preocupação com as contas públicas, como na eleição de 2002.

Em junho daquele ano, o petista se comprometeu com a saúde fiscal do país por meio da Carta ao Povo Brasileiro, que mencionava reformas, queda na taxa de juros, controle da inflação e recuperação da capacidade de investimento público.

O documento acalmou os ânimos do mercado financeiro à época.

"O mercado está reeditando o medo de 2002, mas é curioso que o mercado não tenha reeditado que o primeiro governo Lula teve um compromisso fiscal maior até que o de FHC", diz Fernando Ribeiro Leite, professor de economia do Insper, em referência ao governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Leite diz, porém, que, no se-

gundo mandato de Lula, após a crise financeira de 2008, a política fiscal foi mais frouxa.

O economista vê, no momento, um risco maior em um segundo mandato de Bolsonaro para o sistema financeiro do que em um novo mandato de Lula, com base no histórico de ambos no poder.

"A política macroeconômica foi sólida no primeiro governo Lula, muito melhor que a de Bolsonaro e Guedes, que não fazem nada", diz Leite.

Ele vê Bolsonaro como um Kirchner à direita, em referência aos presidentes peronistas da Argentina Néstor Kirchner (2003 a 2007) e Cristina Kirchner (2007-2015), com um desvirtuamento não para os pobres, esim para sua base, com destaque para os militares.

Apesar de ter um histórico econômico favorável, Lula é visto com medo pelo mercado por herança indireta do governo de Dilma Rousseff (2011-2016), marcado por grande interferência na economia, aumento do endividamento do setor público e uma forte recessão.

"Lula é uma coisa e Dilma é outra. Palocci e Lula eram

mais pragmáticos. Eram. Hoje eu não sei", afirma o professor.

Antonio Palocci foi ministro da Fazenda no governo Lula até o início de 2006 e ministro da Casa Civil nos primeiros meses do governo Dilma. Ele foi condenado por corrupção e lavagem de dinheiro em junho de 2017 pelo então juiz Sérgio Moro, quando responsável pelas ações da Lava Jato em Curitiba.

Com a possibilidade de Lula disputar as eleições presidenciais, o mercado também espera uma maior polarização política e teme uma resposta populista do governo Bolsonaro, elevando gastos públicos e a dívida do governo.

"O problema não parece nem Lula, mas, sim, trazer a discussão eleitoral para agora, o que pode contaminar a pauta no Congresso", afirmou Victor Scalet, estrategista macro e analista político da XP.

O temor de que haverá a mistura desses riscos no curto prazo repercutiu com força no mercado financeiro no pregão de segunda (8). Nesta terça (9), o Ibovespa fechou com ganhos de 0,65%, a 111.330,62 pontos, após cair cerca de 4%

na véspera.

As ações da Vale, todavia, cederam 1%, com o tombo de quase 10% dos futuros do minério de ferro na China, com restrições à produção no polo siderúrgico de Tangshan em meio a medidas antipoluição impactando expectativas de uma retomada na demanda.

Preocupações com o risco de nova desidrataação da PEC Emergencial, que também pesaram no pregão de segunda, porém, foram de certa forma amenizadas nesta sessão, ajudando a Bolsa e o real.

Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que a ideia do relator da PEC Emergencial, deputado Daniel Freitas (PSL-SC), é manter com pouca ou nenhuma alteração o texto da proposta que veio do Senado.

No exterior, os juros dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos caíram e endossaram a compra de ações, especialmente as de tecnologia, que tiveram fortes quedas nos últimos pregões.

A Bolsa de tecnologia Nasdaq subiu 3,68%. O índice S&P 500 teve alta de 1,42%, e o Dow Jones, de 0,10%.



mercado

Erro trava repasse de tributo no gás

Segundo distribuidores, decreto limita benefício a botijões de 13 kg, mas Petrobras não tem como identificar destino

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Um erro do governo na edição do decreto que isentou o botijão de gás dos impostos federais vem impedindo o repasse do benefício ao consumidor. A medida foi publicada no dia 2, mas o setor diz que até agora a Petrobras só emite notas com a incidência dos tributos.

Nas últimas semanas, em vez de perceber queda no preço, o brasileiro pagou mais pelo botijão. Segundo a ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o preço médio do produto subiu 0,7% ante a semana anterior, para R\$ 84,43.

O problema, de acordo com empresas do setor, é resultado da falta de regulamentação do decreto que estabeleceu a isenção, que não definiu como separar os volumes de gás de cozinha destinados a botijões de 13 quilos daqueles vendidos em vasos maiores ou a granel.

O desconto prometido pelo governo reduziria o preço em R\$ 2,18 por botijão. Foi anunciado ao mesmo tempo da

isenção de PIS/Cofins sobre o óleo diesel, como parte de um esforço do presidente Jair Bolsonaro para enfrentar a insatisfação dos consumidores com a escalada dos preços dos combustíveis.

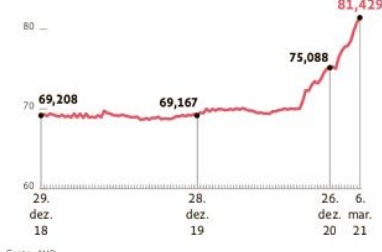
O presidente da Abragas (entidade que reúne os revendedores de gás de cozinha), José Luiz Rocha, afirma que o decreto limitou o benefício ao gás vendido para consumo residencial em botijões de 13 quilos ou menores, mas a Petrobras, que é responsável por recolher os impostos, não tem como identificar o destino do produto.

Esse papel é das distribuidoras e dos revendedores. As primeiras defendem, de acordo com a demanda de seus clientes, quanto gás vão enviar em botijões menores e quanto destinariam a outros tipos de vasos maiores.

Os últimos, que têm o contato com o consumidor final e poderiam saber se o uso é residencial. "O gás é um só. Como dividir o que vai para 13 quilos e o que vai para granel?", questiona Rocha.

Preço do botijão de gás no governo Bolsonaro

Valores semanais, em R\$ por botijão de 13 kg



Fonte: ANP

"A Petrobras depende dessa informação para emitir notas fiscais diferentes".

Petrobras, Receita Federal e distribuidoras vêm trabalhando para resolver o impasse, mas as alternativas propostas até o momento criam um ambiente de insegurança jurídica para as empresas do setor.

O setor negocia um mecanismo de autodeclaração, no qual as distribuidoras informariam à estatal quanto gás pretendem enviar em botijões de 13 quilos a cada compra do produto. A expectativa é que os primeiros descontos comecem a chegar ao mercado ainda nesta semana.

As distribuidoras de gás argumentam, porém, que a solução gera riscos e tem punição caso as previsões de des-

tinuição do gás não se confirmem. E reclamam de que o modelo pode levar a fraudes, com a venda em vasos maiores de gás com isenção de impostos.

Até março de 2020, a Petrobras tinha preços diferentes de acordo com o destino do produto: o envasado em vasos maiores de 13 quilos era mais barato que os outros usos. Mas quem definiu os volumes era a ANP, com base no histórico de vendas de cada distribuidora.

As empresas do setor defendem que o modelo volte a ser utilizado, mas a proposta enfrenta resistência da Receita Federal.

No mercado, a avaliação é que a isenção foi anunciada sem planejamento e sem efeitos adversos, como subsidiar consumidores de alta renda. Segundo a Abragas, consumidores de baixa renda representam cerca de 25% das vendas de botijões no país.

"De novo, o governo deu subsídio para quem não precisa", diz ele.

Se o governo precisa ajudar de baixa renda, tinha que ter

criado programa de governo para atender essa população."

Em 2021, o preço médio do botijão no país já subiu 8,4%, acompanhando a alta das cotações internacionais do petróleo e a desvalorização do real, movimento que vem impactando fortemente também gasolina e diesel.

As escaladas dos preços se tornaram um dos principais focos de preocupação do governo e levou ao anúncio de troca no comando da Petrobras.

Em nota, a estatal disse que, "para que seja possível segregar os volumes de faturamento incentivado dos volumes de faturamento não incentivado, os distribuidores devem apresentar ao produtor de GLP [gás liquefeito de petróleo, o gás de cozinha] declaração de destinação de produto".

Segundo a empresa, empresas que apresentarem declarações já conseguiram adquirir o produto com desconto.

Receita Federal e os ministros da Economia e de Minas e Energia não haviam se pronunciado até a publicação deste texto.

EXTRAVIO DE TALONÁRIOS DE CHEQUES. Daltro André Rinaldi da Silva, representante comercial inscrito no CPF/MF sob nº 248.162.158-16, comunica o extravio dos talonários de cheque em branco de sua conta bancária, qual seja: Banco Bradesco, agência 1608, conta corrente nº 1007-3, cujas folhas têm a seguinte numeração: 000457 a 000640.

SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA-UNIDADE AFILIADAS, convida as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico SE nº 009/2021, realizado para a Contratação de empresa especializada em Laboratório de Apoio em Análise Clínica. Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.publiexeco.com.br/privado.

DECLARAÇÃO DE PROPOSTA. HYUN JUN YIM, portador do Passaporte Coreano número M4385287, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo 8 à Resolução nº 4/22, de 29 de agosto de 2012, sua liberação de entrar, cumprir a administração da IMAE ASSIST HEALTH MANAGEMENT (IHAZI) CORRIGIDA DE CAMBIO, TITULO E VALORES MOBILIARIZADA, CNPJ nº 2.326.950/0001-35.

MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO. PREGOÇOS ELETRÔNICOS. PE 11/2021 - PEC.0034/2021 - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS. Abertura do Pregão: 23/03/2021 às 09:00 horas.

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO. COMPANHIA DE SEGUROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - COSESP. AVISOS DE CONTINUIDADE. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 169/2020-SEURB. O Pregoeiro/CLG/PMB designado pelo Decreto Municipal nº 06.052/2020-PMB, comunica aos interessados que realizará em 23/03/2021 às 09:00h (horário de Brasília/DF), a sessão pública de CONTINUIDADE de licitação no site www.compras.aebem.sp.gov.br.

COSESP. AVISOS DE CONTINUIDADE. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 169/2020-SEURB. O Pregoeiro/CLG/PMB designado pelo Decreto Municipal nº 06.052/2020-PMB, comunica aos interessados que realizará em 23/03/2021 às 09:00h (horário de Brasília/DF), a sessão pública de CONTINUIDADE de licitação no site www.compras.aebem.sp.gov.br.

ABIME - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE MATERIAIS DE DEFESA E SEGURANÇA. Edital de 1ª e 2ª Publicações Leilões de ALENAÇÃO FIDUCIÁRIA. 1ª PUBLICAÇÃO LEILÃO Nº 18/2021. Edital de 1ª e 2ª Publicações Leilões de ALENAÇÃO FIDUCIÁRIA. 1ª PUBLICAÇÃO LEILÃO Nº 18/2021.

EDITAL DE 1ª e 2ª PUBLICAÇÕES LEILÕES DE ALENAÇÃO FIDUCIÁRIA. 1ª PUBLICAÇÃO LEILÃO Nº 18/2021. Edital de 1ª e 2ª Publicações Leilões de ALENAÇÃO FIDUCIÁRIA. 1ª PUBLICAÇÃO LEILÃO Nº 18/2021.

Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. Prefeitura de Belém. AVISOS DE CONTINUIDADE. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 169/2020-SEURB. O Pregoeiro/CLG/PMB designado pelo Decreto Municipal nº 06.052/2020-PMB, comunica aos interessados que realizará em 23/03/2021 às 09:00h (horário de Brasília/DF), a sessão pública de CONTINUIDADE de licitação no site www.compras.aebem.sp.gov.br.

Cooperativa de Consumo de Injeção Paulista. AVISOS DE CONTINUIDADE. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 169/2020-SEURB. O Pregoeiro/CLG/PMB designado pelo Decreto Municipal nº 06.052/2020-PMB, comunica aos interessados que realizará em 23/03/2021 às 09:00h (horário de Brasília/DF), a sessão pública de CONTINUIDADE de licitação no site www.compras.aebem.sp.gov.br.

SPDM - ASSOCIAÇÃO PAULISTA PARA O DESENVOLVIMENTO DA MEDICINA - AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES DE MOGI DAS CRUZES. CONVIDA as empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico SE nº 007/2021 - ID 2764, realizado para a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de LIMPEZA, INSERVAÇÃO E DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES FIXAS E GESTÃO DE ENXOVAL. Para informações e condições de participação favor acessar o site: www.publiexeco.com.br/privado.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. AMVOS DE LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO TCE 0021 - ABERTURA DIRETORIA DE MATERIAS - SEÇÃO DE LICITAÇÕES - DM-5. Encontra-se aberto o PREGÃO ELETRÔNICO TCE nº 021 - Objeto do SI Processo nº 7791/2020-51, visando a prestação de serviços de tecnologia da informação para atender necessidades do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP).

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO. AVISO. CONCORRÊNCIA Nº 001/2020 - PROCESSO ADM Nº 088/2020. Objeto: Contratação de serviços de publicidade, assim considerados o conjunto de atividades relacionadas integralmente que tenham por objetivo a estudo e planejamento, a concepção, a criação, a execução integrada, a implementação e a supervisão de execução externa e a avaliação de resultados de campanhas publicitárias e demais meios de divulgação.

Fundação Zerbini. CNPJ/MF nº 50.644.053/0001-13 - Primeiro Termo Aditivo Contratual Projeto: 2007-Portaria 1.448 Incremento SUS Covid-19 - Processo 1881/2020 - P.P. 024/2020. Adquirente: Fundação Zerbini. Fornecedor: Eng. de Instalação e Manutenção de Sistemas de Fria/Ar Condicionado - CNPJ: 31.819/0001-52.

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO. AVISO. CONCORRÊNCIA Nº 002/2020 - PROCESSO ADM Nº 002/2020. Objeto: Contratação de serviços de assessores de imprensa para a Desenvolve-SP. O presidente da Comissão Julgadora de Licitação tem público que, em atendimento ao Decreto nº 65.545, de 02 de março de 2021, fica adiado para o dia 30/03/2021 às 15h, a primeira sessão pública de abertura de licitação, permanecendo inalterados os termos do edital.

PARANAPANEMA S.A. CNPJ/MF nº 10.388.1002/79-882/13.030.338-15 - Companhia Aberta. BOMBA - ISONITRACIONAL FRANCISCAS 2021. Na publicação das Demonstrações Financeiras da sociedade social final em 31/12/2020, realizado nos termos do artigo 202 (II) da Lei das S.A.s, a Companhia efetuou a avaliação de todas as obrigações decorrentes da avaliação da situação financeira e econômica da Companhia em 31/12/2020, bem como das obrigações decorrentes da avaliação da situação financeira e econômica da Companhia em 31/12/2020.

UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO. Federação Estadual das Cooperativas Médicas. CNPJ/MF nº 43.643.139/0001-66 - NIRE 35-400024/17. Edital de Contratação - 48ª Assembleia Geral Ordinária. O Presidente da União das Cooperativas Médicas do Estado de São Paulo - Federação Médica, usando das atribuições que lhe confere o art. 22 caput do Estatuto Social aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2018 nos termos do parágrafo 2º do art. 38 do Ato das S.A.s nº 067.477, de 02 de março de 2020 e da Lei nº 14.063/2020, CONVOCA as 48ª (quarenta e oito) reuniões ordinárias das Cooperativas Médicas do Estado de São Paulo - Federação Médica, em conformidade com o artigo 202 (II) da Lei das S.A.s, para serem realizadas em 23 de março de 2021, às 09:00h, no endereço: Rua Lima e Silva, nº 120, Vila São João, São Paulo - SP.

UNIMED DO ESTADO DE SÃO PAULO. Federação Estadual das Cooperativas Médicas. CNPJ/MF nº 43.643.139/0001-66 - NIRE 35-400024/17. Edital de Contratação - 48ª Assembleia Geral Ordinária. O Presidente da União das Cooperativas Médicas do Estado de São Paulo - Federação Médica, usando das atribuições que lhe confere o art. 22 caput do Estatuto Social aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de março de 2018 nos termos do parágrafo 2º do art. 38 do Ato das S.A.s nº 067.477, de 02 de março de 2020 e da Lei nº 14.063/2020, CONVOCA as 48ª (quarenta e oito) reuniões ordinárias das Cooperativas Médicas do Estado de São Paulo - Federação Médica, em conformidade com o artigo 202 (II) da Lei das S.A.s, para serem realizadas em 23 de março de 2021, às 09:00h, no endereço: Rua Lima e Silva, nº 120, Vila São João, São Paulo - SP.



## Pfizer pediu pagamento por vacina livre de impostos

E Janssen queria receber US\$ 95 milhões do governo mesmo sem aprovação de imunizante, mostram documentos obtidos pelo GLOBO

FRANCISCO LEALI E  
PAULA FERREIRA  
societade@oglobo.com.br  
BRASÍLIA

Uma versão do memorando de entendimento entre o governo brasileiro e a Pfizer, feita no ano passado, previa que a União pagasse todos os impostos relativos à aquisição de vacinas contra a Covid-19, de modo que não houvesse prejuízo para a empresa nos US\$ 700 milhões que seriam desembolsados pela administração federal. A Janssen, que

também negocia imunizantes, por sua vez, pediu US\$ 95 milhões que não seriam devolvidos em caso de reprovação na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O GLOBO questionou o Ministério da Saúde se as atuais negociações com os laboratórios ainda incluem estas exigências, mas a pasta alegou estar impedida de se pronunciar, pois os contratos ainda estão em discussão — os documentos, informa, “se tornarão públicos no futuro”.

A Pfizer também disse que

não comentaria detalhes sobre negociações em curso, mas acrescentou que as cláusulas apresentadas ao governo brasileiro “estão em linha com acordos fechados em outros países, inclusive na América Latina”.

A Janssen afirmou que “segue empenhada” em concluir as negociações para disponibilizar a dose única do imunizante: “Em paralelo, seguimos trabalhando nos demais processos regulatórios junto à Anvisa para viabilizar a utilização da vacina da Janssen no Brasil,

em um modelo sem fins lucrativos durante a pandemia”.

O memorando de entendimento com a Pfizer previa um valor de US\$ 10 por dose. Inicialmente, a quantidade negociada era de 70 milhões de doses, mas aumentou para 100 milhões na semana passada.

O titular da Saúde, Eduardo Pazuello, criticou as cláusulas “leoninas e abusivas” propostas pela farmacêutica, como exigir que a União se responsabilizasse por eventos adversos causados pela vacina.

Em memorando obtido pe-

lo GLOBO via Lei de Acesso à Informação, uma cláusula versa sobre como o governo federal deve indenizar pacientes vítimas de eventos adversos: “O Estado Brasileiro implementará, através de lei federal (ordinária ou medida provisória já convertida em lei), fundo governamental para o pagamento de indenização a indivíduos que sofrerem danos em função da administração ou uso da Vacina”.

As negociações com a Janssen também custaram a evoluir. O laboratório e a

Saúde deviam negociar o contrato até 15 de dezembro do ano passado, mas o negócio ainda não foi concluído.

Em uma carta de intenção de compra, a Janssen pediu um pagamento de US\$ 95 milhões não reembolsáveis, mesmo “se a vacina candidata não receber aprovação regulatória ou se o desenvolvimento e/ou fabricação da vacina candidata não forem bem-sucedidos”.

A empresa afirmou ainda que, caso não receba autorização da Anvisa até 30 de abril, poderia haver atrasos no cronograma estabelecido com o governo. No entanto, a Janssen nem sequer deu entrada ao pedido de autorização emergencial ou registro de seu produto na agência.



Economia



DEPOIS DO CAMARÃO

Brasil e Argentina resolvem pendências na agropecuária

Ministros da Agricultura dos países se reúnem para discutir entraves burocráticos e sanitários [globo.com/brasil/30sZa8A](https://globo.com/brasil/30sZa8A)



Plenário. Texto da PEC que destrava o auxílio emergencial, votado ontem, segue o parecer do relator Daniel Freitas (PSL-SC). Ele manteve a redação enviada pelo Senado, sem desistatização da proposta

PEC DO AUXÍLIO

# CÂMARA APROVA TEXTO-BASE

## Votação de destaques deve ocorrer hoje. Proteção a servidor gerou queda de braço

BRUNO GÔES, GERALDA DOCA E MANGUEL VENTURA  
[comentarios@globo.com.br](mailto:comentarios@globo.com.br)

**E**m uma sinalização de apoio ao ajuste fiscal, a Câmara dos Deputados aprovou ontem, em primeiro turno, o texto-base da proposta de emenda à Constituição (PEC) que abre espaço para o pagamento do auxílio emergencial e inclui medidas de controle das contas públicas fixadas pelo Senado. A votação ocorreu após um dia de negociações depois que o presidente Jair Bolsonaro defendeu a flexibilização do texto para beneficiar servidores, especialmente da área de segurança pública. A equipe econômica, no entanto, atuou para evitar a desistatização, alertando para o risco de

alta de juros e inflação caso houvesse uma sinalização de aumento excessivo de gastos. O projeto recebeu 341 votos favoráveis e 121 contrários, após uma sessão que só foi concluída durante a madrugada. Houve dez abstenções. Após essa etapa, a Câmara deve analisar hoje os chamados destaques — propostas que ainda podem modificar o texto. Para que a PEC possa ir à promulgação sem ter que retornar ao Senado, as mudanças não podem alterar o mérito da medida. Depois desse processo, deputados ainda votarão o projeto em segundo turno, o que também deve acontecer hoje. Em ambiente tumultuado, a oposição marcou posição com forte obstinação, inclusive com bate-boca com

o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Antes da aprovação do texto principal, foi votada a admissibilidade do projeto, que atesta a constitucionalidade do texto. Partidos de esquerda reclamaram que o acordo entre deputados era votar apenas essa primeira parte. **‘PLENÁRIO É SOBERANO’** Pela manhã e durante a tarde, as negociações eram para tirar da proposta dispositivos que preveem a proibição das promoções automáticas de servidores em caso de crise fiscal. A medida beneficiaria todos os funcionários públicos e não apenas a categoria de segurança. Depois de rodadas de negociação, o relator da pro-



*“São situações que merecem discussão, podem merecer ou não destaques e emendas, mas a maioria esmagadora da base decidiu que o melhor será, por todo o momento que o Brasil vive, (manter o texto)”*

Arthur Lira, presidente da Câmara

posta, Daniel Freitas (PSL-SC), divulgou parecer pela aprovação do texto conforme aprovado pelo Senado. Antes de publicar o documento, o parlamentar con-

firmou a intenção de Bolsonaro de contemplar servidores da área de segurança. —O presidente Bolsonaro queria ver (o atendimento) à segurança pública neste momento, mas nós entendemos que agora o plenário da Câmara é soberano. E nós vamos levar à apreciação dos deputados. O meu relatório vai neste sentido (de manter o texto do Senado) —disse Freitas. O presidente da Câmara também defendeu a manutenção do texto original. —São situações que merecem discussão, podem merecer ou não destaques e emendas, mas a maioria esmagadora da base decidiu que o melhor será, por todo o momento que o Brasil vive, (manter o texto). A pers-

pectiva e previsões de votações na Casa têm que ser claras. E o auxílio é importante para todos —afirmou, antes da votação. O líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), também indicou a intenção de manter o texto: — Nós temos votos suficientes para aprovar a PEC e manter o texto do Senado. As declarações dos parlamentares ocorreram após reuniões realizadas na manhã de ontem, uma na residência oficial do presidente da Câmara e outra no Palácio do Planalto, da qual participaram Bolsonaro e o líder do PSL, Vitor Hugo (GO) — patrocinador da flexibilização de regras para policiais.

JUROS E INFLAÇÃO

Nos bastidores, a equipe econômica atuou para desarticular a operação de desistatização da PEC. Segundo fontes, auxiliares de Guedes conversaram com parlamentares sobre o assunto. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, alertou os líderes de que, se a mudança fosse aprovada, não seria possível manter os juros baixos, e os preços poderiam disparar, por causa da provável reação do mercado financeiro.

Guedes recebeu o apoio do ministro da Secretaria-Geral de Governo, Luiz Eduardo Ramos, de acordo com pessoas que acompanharam as conversas. As negociações foram acompanhadas com apreensão pelo time da Economia, por causa da avaliação de que a decisão no Supremo Tribunal Federal (STF) que permitiu que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltasse a ser elegível tende a fazer com que Bolsonaro intensifique a busca de apoio, se afastando assim da agenda de ajuste fiscal.

Na semana passada, mudanças na PEC já haviam colocado Bolsonaro e Guedes em lados opostos. Teria partido do presidente o aval para retirar o Bolsa Família do teto de gastos — que limita as despesas da União —, numa operação que depois acabou frustrada.

Como aprovada no Senado, a PEC prevê a possibilidade de acionar medidas como congelamento de salários e proibição de concursos públicos caso União, estados ou municípios entrem no chamado estado de emergência fiscal, quando as despesas crescem acima de um patamar específico. As ações de controle incluem ainda a vedação de criação de qualquer outro tipo de despesa obrigatória, como concessão de bônus ou auxílios ao funcionalismo.



# Guedes defende manter recurso da Receita Federal

Ministro é favorável a mudar PEC que recria auxílio emergencial a fim de não mexer no Fundaf, que garante verba para o Fisco. Medida incluída na proposta é criticada por servidores e ex-secretários

FERNANDA TRISOTTO  
fernanda.trisotto@globo.com.br  
@ftriso

O ministro da Economia, Paulo Guedes, articula para retirar da proposta de emenda à Constituição (PEC) que recria o auxílio emergencial um trecho que coloca em risco a manutenção do fundo que custeia as atividades da Receita Federal. A previsão incluída no texto gerou protestos de servidores do Fisco.

Em reunião interna solicitada pelo secretário especial da Receita, José Barroso Tostes Neto, Guedes afirmou não concordar com a mudança na regra e informou ter entrado em contato com a Secretaria de Governo para que a pasta peça à Presidência da Câmara a manutenção da redação que, na prática, permite que

receitas sejam carimbadas para sustentar o órgão.

A informação consta de um comunicado interno de Tostes a auditores fiscais, ao qual O GLOBO teve acesso, e foi confirmada por fonte próxima a Guedes. Procurados, o Ministério da Economia e a Receita Federal não quiseram comentar o caso.

O texto aprovado no Senado acabou com a ressalva que protegia o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf), mas privilegiou outros fundos federais.

## CRUCIAL PARA ATIVIDADES

Os auditores fiscais começaram ontem uma mobilização nacional. Segundo o sindicato, houve adesão de cerca de 90% dos oito mil



Fisco. Guedes quer que recursos do Fundaf continuem carimbados

profissionais da Receita. Eles asseguraram que não há prejuízo para cargas perecíveis, animais e itens para combate à Covid-19.

O presidente do Sindifisco Nacional, Kleber Cabral, argumenta que, ainda que a Receita não tenha autonomia para gastar os recursos

do Fundaf, essa fonte de custeio é crucial para a manutenção das atividades.

## 'DEVE ESTAR INCOMODANDO'

Para dois ex-secretários da Receita Federal ouvidos pelo GLOBO, o fim da proteção ao Fundaf revela desapeço pelo Fisco.

— Se a Receita não funcionar, não vai ter dinheiro. É uma decisão lamentável e até parece que tem outros propósitos: justamente acabar com a administração tributária, que deve estar incomodando. E ela incomoda quem sonega — afirma o ex-chefe do Fisco Jorge Rachid.

Já Everardo Maciel, também ex-secretário da Receita, considera que tirar a proteção constitucional do Fundaf, enquanto outros fundos permanecerem livres, é uma questão

simbólica e relevante.

Ele lembra que o texto original da Constituição trazia cinco exceções para as vinculações. A única retirada foi a da Receita. Em contrapartida, foram adicionadas mais ressalvas, que agora somam 26.

— É desnecessário, gratuito portanto, é desapeço ao Fisco e não faz o menor sentido. Se pouparam até o fundo do café — diz Everardo.

Os recursos do Fundaf, criado em 1975, são usados na manutenção de equipamentos, sistemas informatizados, portais (como o do comércio exterior), programa do Imposto de Renda e outros. Também são fonte para atividades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Ele é composto por multas e juros de quem não faz os pagamentos ao Fisco em dia.

## Dólar bate R\$ 5,87, mas fecha em alta de 0,23%, a R\$ 5,79

Ibovespa segue mercado americano e encerra com valorização de 0,65%

JOÃO SORIMA NETO  
joao.sorima@pgp.br  
@jsorima

O dólar comercial chegou a ser negociado ontem a R\$ 5,87, na máxima do dia, mas perdeu força à tarde para encerrar a R\$ 5,79, uma valorização de 0,23%. É o maior patamar desde maio

do ano passado.

Já o Ibovespa, principal índice da B3, abriu em baixa, mas, no fim da manhã, passou a operar em alta, seguindo o mercado americano — o S&P 500 subiu 1,42%. O índice, que chegou a subir mais de 1% à tarde, acabou encerrando com ganho de

0,65%, aos 111.360 pontos.

Segundo analistas, o dólar continuou a refletir a decisão, na véspera, do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), que anulou as condenações do ex-presidente Lula na 13ª Vara Federal de Curitiba, em qua-

tro processos.

Além disso, Leandro Saliba, gestor de renda variável da AF Invest, atribuiu parte da volatilidade às taxas dos títulos do Tesouro americano, que subiram pela manhã, mas recuaram depois.

— A queda do preço do minério de ferro na China também afetou as ações da Vale e das siderúrgicas. Mas a questão política, com a decisão do STF sobre Lula, também trouxe incerteza. A Bolsa caiu quase 4% ontem (segunda-feira), e havia espaço para correção hoje. Recuperou, mas, mesmo assim, os inves-

tores ainda estão desconfiados — disse Saliba.

Julia Campos, analista de investimentos da MyCap, acredita que os investidores estrangeiros continuarão a sair do país, já que pautas importantes para o mercado não estão caminhando.

— Isso sem contar o fato de as expectativas do mercado apontarem para uma possível elevação de juros futuros americanos, ou seja, uma alternativa mais atraente em contraponto ao risco que se apresenta no Brasil.

Também está no radar dos investidores o risco sanitário,

com o aumento de casos de Covid-19 no país, a vacinação lenta e os hospitais lotados.

Entre as ações com mais peso no índice, as ordinárias (ON, com direito a voto) da Petrobras subiram 1,86%, enquanto as preferenciais (PN, sem direito a voto) avançaram 2,32%. Bradesco PN subiu 0,83%, e Itaú PN, 1,31%.

As ações ON da Vale, porém, caíram 1%. Pesou a queda de 10% nos preços dos contratos futuros de minério de ferro na China, em decorrência de restrições de produção no polo siderúrgico de Tangshan.

# Pronampe: empresários terão mais 3 meses para pagar

Extensão para o início da quitação do financiamento será negociada entre donos de micro e pequenas empresas e os bancos

GABRIEL SHINOHARA  
gabriel.shinohara@bsb.oglobo.com.br  
BRASÍLIA E RIO

Os empresários que tomaram empréstimos pelo Pronampe em 2020 terão até três meses a mais para começar a pagar o valor devido. A decisão foi tomada na noite de segunda-feira em reunião do Fundo de Garantia de Operações (FGO), órgão garantidor do programa.

Desde ontem, quem tem interesse nessa extensão já

pode procurar o banco no qual fez o empréstimo. A decisão sobre a concessão desse período adicional e se será de um, dois ou três meses caberá à instituição financeira.

O período de carência dos financiamentos era inicialmente de oito meses — devido à expectativa de retomada da economia nesse prazo —, sendo estendido devido à continuidade dos impactos da pandemia. Como as primeiras operações

aconteceram em junho, alguns empresários já teriam que começar a pagar o empréstimo em janeiro e fevereiro deste ano.

## NOVO PROJETO

Ângelo Alexandrino, dono da padaria artesanal carioca Artigrano, conseguiu o empréstimo via Pronampe em outubro do ano passado. O dinheiro foi usado para fluxo de caixa, investimento na produção e pagamento do

décimo terceiro dos funcionários. Além do crédito, ele adotou a suspensão de contrato para a equipe entre maio e agosto, período no qual a loja ficou fechada.

O empresário, que começaria a pagar a dívida em abril, considera a extensão do prazo importante no momento em que o Rio adota novas restrições por causa da pandemia. Mas está preocupado com a negociação com os bancos:

— O meu receio é deixar

que os bancos decidam isso sem uma garantia do governo. No empréstimo, eles foram bem resistentes. Será que agora que estão com medo da inadimplência vão realmente dar mais tempo?

Enquanto isso, o Congresso busca viabilizar uma nova rodada de empréstimos pelo Pronampe. Hoje o Senado deve apreciar um projeto do senador Jorginho Mello (PL-SC) que estabelece regras para o Pronampe permanente.

Em relação ao programa original, há algumas mudanças. Os juros passam de 1,25% ao ano mais a Selic (hoje em 2%) para 6% ao ano mais a Selic.

Além disso, o texto permite que os bancos estabeleçam a alavancagem que darão aos recursos do governo que servem de garantia para os empréstimos. O objetivo é estimular que as instituições financeiras disponibilizem mais crédito para as pequenas empresas com menos injeção de recursos do governo.

O novo Pronampe ainda não tem recursos próprios. O Congresso busca direcionar valores do Orçamento deste ano para o programa. (Colaborou Raphaela Ribas)



Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 10/03/2021	Caderno: Economia



# Reforma tributária para inglês ver

No início de fevereiro, o 55º Presidente recentemente eleito da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e o 68º Presidente do Senado Federal do Brasil, Rodrigo Pacheco, fecharam acordo para efetivar, em um prazo de até oito meses, o projeto de reforma tributária que, apesar de ser tratado com prioridade tanto pelas casas legislativas quanto pelo Governo Federal, ainda desperta dúvidas e conta com diferentes versões sendo discutidas na Câmara e no Senado.

Se, em um primeiro momento, a perspectiva de uma reforma tributária enseja um sentimento de expectativa visto que é clara a necessidade tanto de uma desburocratização fiscal do país quanto de uma redução de impostos e alíquotas que tornem o ambiente de negócios brasileiro mais propício para investimentos e para a atividade empreendedora; o fato é que, analisando o que está ‘posto a mesa’ até então não é possível determinar os ganhos reais em termos de eficiência tributária.

Ademais, na 1ª fase da proposta apresentada pela equipe econômica do Governo Federal, corremos o risco de termos um aumento significativo de alíquotas em alguns setores que, na prática, seriam mais uma pedra no sapato do contribuinte.

Isso nos faz questionar se estamos diante de uma reforma que irá trazer benefícios, de fato, ou apenas de uma mexida de colher na ‘sopa de letrinhas’ que se tornou o sistema tributário brasileiro?

A proposta federal e o risco do aumento de impostos

O ponto central da proposta de reforma tributária apresentada pelo ministro Paulo Guedes envolve a criação da chamada CBS (Contribuição Social sobre Operações com

Bens e Serviços) cuja alíquota seria de 12% e que, em essência, substituiria o PIS e a COFINS – que tem alíquotas que variam de 3,65% a 9,25%.

Embora seja importante frisar que, até o momento o Governo Federal apresentou apenas a primeira parte de sua proposta de reforma tributária, é importante ficar atento para o risco de aumento de impostos apresentado na própria elevação de alíquota da CBS em comparação com as atuais quotas do PIS e da COFINS, uma vez que, como atestam diferentes especialistas do mercado, não há clareza quanto aos próximos passos do Governo Federal e de que modo esse aumento seria contrabalanceado (se é que o seria).

Ademais, por ser um imposto de caráter regressivo (que afeta mais os contribuintes e empresas de menor faturamento), o impacto nas empresas de pequeno e médio porte seria significativo e um ônus para atividade empreendedora que mais movimenta a economia do país.

Outro ponto importante envolve o peso de tal “reforma” em empresas de serviços e para profissionais liberais – ponto este que, inclusive, já foi levantado em discussões na Câmara e no Senado. Empresas como escritório contábeis, assessorias de comunicação, assessorias econômicas e escritórios de advocacia passariam a pagar, ao invés de 3,65% de alíquota, um montante que mais do que triplica seus atuais custos com PIS/COFINS.

Isso sem falarmos das indicações favoráveis do Ministro Paulo Guedes sobre um eventual retorno da CPMF. Neste sentido, de que valeria a troca de impostos se os ganhos para os contribuintes são pouco claros, ao passo que os prejuízos para muitos setores, ao menos neste momento, parecem evidentes?

### Outras propostas em jogo

É importante destacar que há outras propostas sendo discutidas, atualmente, na Câmara e no Senado. No Senado, por exemplo, propõe-se a fusão do IPI, PIS, Cofins, IOF, CSLL, Cide, Salário Educação (federais); ICMS (estadual); ISS (municipal) e alíquotas definidas por estados e municípios; ao passo que um projeto discutido na Câmara prevê a unificação do IPI, PIS, Cofins (federais), ICMS (estadual), ISS

(municipal), com alíquota definida pelo Comitê gestor do Imposto sobre Bens e Mercadorias (IBS).

Em todos os casos, no entanto, é preciso que se cobre mais clareza e que sejam envolvidas mais vozes da sociedade civil, de modo que, para o caso de avançarmos rumo a uma reforma tributária, que ela seja digna de tal título e reduza a oneração ao contribuinte brasileiro – na proposta da Câmara, por exemplo, se discute imposto seletivo com alíquotas diferenciadas para itens que vão de veículos e bebidas alcoólicas e não alcoólicas às comunicações e energia elétrica.

Desburocratizar ou reduzir impostos, eis a questão?

Na minha visão, se não pudermos ter ambos, é melhor conviver a burocracia tributária (que, ao menos, não é nenhuma novidade para o contribuinte brasileiro) do que com um novo aumento de impostos – sobretudo em um país que, além de já onerar de modo excessivo o contribuinte, não oferece serviços públicos de qualidade para a população que justifiquem qualquer movimento neste sentido.

Como bem afirmou o Presidente Jair Bolsonaro no fim de janeiro, se a reforma for provocar aumento de tributos, “melhor deixar como está”. É uma colocação justa e que deveria servir como norte para a equipe econômica do Governo.

Afinal de contas, enquanto não unirmos eficiência – que, aliás, não é evidente ou significativa nas propostas que, até então, vem sendo discutidas – com redução real de impostos, o máximo que teremos é uma camada de maquiagem no custo-brasil. Uma reforma tributária para inglês ver que cobre com “novas letrinhas” os reais problemas de nosso sistema fiscal.

**\*Wellington Calobrizi, sócio-investidor da bwise contabilidade e fundador da Calobrizi Holding**

## Acordo pode destravar votação de marco das ferrovias

Parecer pode incluir dispositivo que preveja a destinação de investimentos no corredor Centro-Leste

Por Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

10/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

---

O governo sinalizou que deve fazer um acordo para destravar a tramitação do novo marco regulatório das ferrovias, que aguarda votação desde o ano passado no Senado. Segundo fontes envolvidas na negociação, a ideia é que a matéria seja levada ao plenário na próxima semana. Como parte dessas tratativas, o relator do projeto, senador Jean Paul Prates (PT-RN), estuda incluir no seu parecer algum tipo de dispositivo que preveja a destinação de investimentos no corredor Centro-Leste - que sai de Goiás, passa por Minas Gerais e chega no porto de Vitória (ES) - como parte da renovação da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica (FCA).

Prates concordou com as demandas de algumas das bancadas interessadas no projeto, mas ainda avalia a melhor forma de evitar que os Estados tenham prejuízo com essa outorga. “Estamos conversando com os interessados para evitar que os Estados atendidos sejam prejudicados pelo remanejamento da verba”, explicou. Por isso, o senador do PT deve trabalhar no tema durante o fim de semana. Desta forma, a matéria estaria pronta para ser submetida aos interessados partes na semana que vem.

O assunto gerou embate entre Congresso e Executivo por conta da intenção do ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, de levar os recursos da renovação da concessão para outros Estados. A proposta irritou parlamentares das bancadas de Goiás, Espírito Santo e Minas Gerais, incluindo o próprio presidente do Senado,



Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Essa verba é considerada importante para a manutenção das atividades da mineradora Vale na região. A empresa atua no transporte de minério de ferro entre Minas e o Espírito Santo.

O tema foi alvo de uma reunião comandada por Pacheco na semana passada. O presidente do Senado convidou Tarcísio de Freiras, os parlamentares dos Estados envolvidos e até os governadores de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), e do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), para tratar do assunto. No encontro, o ministro da Infraestrutura recebeu o recado de que o marco legal das ferrovias não iria andar enquanto não houvesse um acordo sobre os recursos da FCA.

“Está em discussão a renovação da outorga da Ferrovia Centro Atlântica. É a maior malha ferroviária do Brasil e que faz a conexão do corredor Centro-Leste. Temos interesse em investimentos importantes para Goiás e, em especial, Espírito Santo e Minas Gerais, para que não fiquemos isolados da malha ferroviária nacional. Rodrigo Pacheco é mineiro, conhece bem nossa pauta e queremos que parte dos recursos da outorga seja alocada para fechar esses gargalos, aumentando assim a competitividade da ferrovia”, explicou Casagrande após o encontro.

A renovação de contrato da FCA, que termina em 2026, por mais 30 anos, inclui uma troca por obras adicionais. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) prevê investimentos de cerca de R\$ 13,8 bilhões. Outra demanda considerada essencial por senadores mineiros é incluir o projeto ferroviário conhecido como Contorno da Serra do Tigre (MG) na renovação da concessão da Ferrovia Centro-Atlântica.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

**O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador**

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

**Papel De Parede Importado Vinílico Lavável Geométrico Abstrato Azul com Prata Elegante**

R\$ 134,30

AMERICANAS.COM

Comprar

# Defensoria Pública da União estoura limite do gatilho

Poder Executivo só deve acionar medidas fiscais em 2024

Por Ribamar Oliveira — De Brasília

10/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

## Só um órgão acima do limite

Limite Individualizado (teto despesa primária) X Despesa Obrigatória - PLOA 2021 (\*) – Em R\$ milhões

Poder ou órgão	Limite individualizado	Despesa obrigatória	(%)
<b>A. Poder Executivo</b>	1.421.542,4	1.313.145,1	92,4
<b>B. Poder Legislativo</b>	12.837,5	11.033,8	(em média) 86
B.1 Câmara dos Deputados	6.166,1	5.215,7	84,6
B.2 Senado Federal	4.538,8	3.969,5	87,5
B3. Tribunal de Contas da União	2.132,6	1.848,6	86,7
<b>C. Poder Judiciário</b>	44.188,8	38.497,9	(em média) 87,1
C.1 Supremo Tribunal Federal	659,5	483,5	73,3
C.2 Superior Tribunal de Justiça	1.550,1	1.222,0	78,8
C.3 Justiça Federal	11.435,8	10.097,0	88,3
C.4 Justiça Militar da União	557,2	477,2	85,7
C.5 Justiça Eleitoral	7.535,6	5.665,2	75,2
C.6 Justiça do Trabalho	19.495,0	18.011,5	92,4
C. 7 Justiça do Distrito Federal e Territórios	2.754,1	2.454,1	89,1
C. 8 Conselho Nacional de Justiça	201,4	87,3	43,3
<b>D. Defensoria Pública da União</b>	559,4	555,8	99,4
<b>E. Ministério Público da União</b>	6.808,3	5.736,7	(em média) 84,3
E.1 Ministério Público da União	6.722,7	5.685,8	84,6
E.2 Conselho Nacional do Ministério Público	85,6	50,9	59,5

Fonte: SIGA, em 1º de março de 2021. Tabela elaborada pela Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. (\*) PLOA 2021 = Projeto de Lei Orçamentária Anual 2021

A Defensoria Pública da União (DPU) é o único órgão da administração pública federal que está com suas despesas obrigatórias, submetidas ao teto de gastos,

acima de 95% de sua despesa total, de acordo com nota técnica da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. Esse é o novo gatilho que aciona as medidas de ajuste fiscal, instituído pela Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 186, aprovada pelo Senado e em votação na Câmara dos Deputados.

As despesas obrigatórias da DPU correspondem a 99,4% de sua despesa total. Os consultores José Cosentino Tavares, Eugênio Greggianin e Ricardo Volpe, autores da nota, advertem, no entanto, que a DPU apresenta elevado nível de gastos obrigatórios “por classificar como obrigatórias [não sujeita a contingenciamento] praticamente todas suas despesas, mesmo quando relacionadas a custeio administrativo e operacional”.

Os consultores explicam que a PEC 186 determina que as despesas obrigatórias de cada Poder ou órgão sejam comparadas com seu limite (teto) individualizado. Assim, o gatilho terá que ser acionado pelo presidente de cada Poder ou órgão. Ou seja, não se trata de comparar toda a despesa obrigatória da União, submetida ao teto, com a despesa total.

Exceto a DPU, nenhum Poder ou órgão autônomo está com suas despesas obrigatórias acima de 95% de sua despesa total na proposta orçamentária para 2021, informa a nota. O Poder Executivo está com 92,4%, a Justiça do Trabalho com 92,4%, a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios com 89,1% e o Senado com 87,5%. A aferição se dá sempre na aprovação da lei orçamentária anual.

Os autores observam que, no texto da PEC, não fica esclarecido o cômputo dos créditos adicionais. Segundo eles, por simetria com outras disposições do novo regime fiscal (NRF), entende-se que a relação máxima de 95% permanece válida em relação ao conjunto dos valores autorizados (lei orçamentária e créditos adicionais).

A nota aponta alguns problemas decorrentes do novo mecanismo de controle fiscal. O primeiro é o adiamento das medidas de contenção das despesas da União. “Estima-se que, no âmbito do Executivo, somente a partir de 2024 a relação que aciona as medidas (gatilho) estará próxima de 95%”, dizem os consultores. Eles observam que a contenção das despesas obrigatórias deveria ser imediata, “dado o estreitamento da margem para as despesas discricionárias (investimentos e custeio) e o ainda elevado déficit primário”.

Outro problema é que os sucessivos resultados anuais mostram, segundo os autores da nota, uma execução de despesas obrigatórias abaixo dos valores autorizados, por causa do chamado “empoçamento” (quando o Tesouro libera o dinheiro mas o órgão não consegue gastar). “Poderes ou órgãos que, por natureza de suas atividades, tenham despesas obrigatórias proporcionalmente elevadas, podem, em tese, acionar a aplicação antecipada das vedações caso as despesas obrigatórias forem superestimadas no PLOA”, diz a nota.

Durante o período de aplicação dos gatilhos do teto de gastos, fica suspensa a edição de atos que impliquem aumento de despesa de pessoal, bem como a progressão e a promoção funcional.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

LINK PATROCINADO

**Sapatilha especial a prova d'água é a melhor opção para não machucar os pés ou queimá-los na areia**

MOSALI

LINK PATROCINADO

**Kit Varão 2,00 Metros para Cortina 19mm Branco**

R\$ 22,41

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

**Sofá Madison 2,00m Fixo Turquesa - NETSOFAS**

R\$ 1.034,99

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

**Papel de Parede Arabesco Azul**

R\$ 39,90

QCOLA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

**Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.**

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

**Você pode passar no ENCCEJA com os conteúdos gratuitos da UNIASSELVI**



## Governo adia início de cobrança das linhas do Pronampe

Programa levou mais de R\$ 37 bilhões para quase 520 mil micro e pequenos empreendedores

Por **Lu Aiko Otta e Edna Simão** — De Brasília

10/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



Carlos Melles: Sebrae defende ainda criação de um Refis e uma “moratória” de tributos das microempresas — Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

O governo autorizou ontem os bancos a adiarem por três meses o início da cobrança dos empréstimos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe), previsto para este mês. Assim, o período de carência poderá passar de oito para até 11 meses.

A concessão de mais prazo para os micro e pequenos empresários era uma das medidas que entraram no radar do governo depois que o isolamento social foi retomado em diversos pontos do país. Segundo o Ministério da Economia, a extensão do prazo foi aprovada em assembleia do Fundo de Garantia de Operações (FGO) na última segunda-feira.

“É muito importante que isso ocorra, ou ninguém vai pagar; ninguém tem condições”, disse a senadora Katia Abreu (PP-TO), relatora do Projeto de Lei (PL) 5575/2020, que propõe a conversão do Pronampe em uma linha de crédito permanente. A matéria está na pauta de votações de hoje do Senado.

Na tarde de ontem, a relatora avaliava a inclusão de pontos adicionais em seu texto, como o prazo extra para carência e o alongamento do prazo dos empréstimos de 36 meses para 48 meses. São dois pontos que foram solicitados pelo Sebrae. A versão final do projeto de lei estava em discussão com o Ministério da Economia.

“Não contávamos com a hipótese de a pandemia se intensificar”, disse ao **Valor** o presidente do Sebrae, Carlos Melles, ao justificar os pedidos de flexibilização do Pronampe. “Estamos quase envergonhados de pedir mais tempo, mas o fato é que a economia não andou.” A retomada do auxílio emergencial, comentou, pode ajudar bastante as micro e pequenas empresas nessa nova etapa.

Diferentemente do Pronampe de 2020, a proposta relatada por Katia Abreu estabelece que a taxa de juros será equivalente à variação da Selic acrescida de 6% ao ano. No ano passado, o custo era de Selic mais 1,25% ao ano.

Outra diferença se refere à cobertura contra perdas dos bancos usando os recursos do Fundo Garantidor de Operações (FGO). Em vez dos 85% da carteira, como no ano passado, agora será de até 25%, conforme a proposta cuja versão final ainda estava em construção.

O gerente de Políticas Públicas do Sebrae, Silas Santiago, avalia que esse novo nível de cobertura é suficiente para dar segurança às instituições financeiras, pois a taxa média de inadimplência das micro e pequenas empresas está em 8%. “Tem uma boa margem”, disse.

Instituído em maio do ano passado, o Pronampe foi responsável por fazer chegar mais de R\$ 37 bilhões na ponta, para quase 520 mil micro e pequenos empreendedores, segundo o Ministério da Economia. Os recursos das operações de crédito puderam ser utilizados para investimentos e capital de giro.

Carlos Melles disse que o Sebrae apoia outras propostas em análise no Congresso Nacional, como a criação de um Refis e uma “moratória” de tributos das microempresas, que seria na realidade um parcelamento.

Essas proposições encontram resistência da área econômica, por isso é baixa a chance de avançarem no Congresso. Já há muitos anos, a Receita se opõe frontalmente à criação de programas tipo Refis, por entender que eles estimulam a inadimplência. O Ministério da Economia acredita ter encontrado um substituto mais eficiente: a transação tributária.

A transação permite que o contribuinte pague com desconto de juros e multas as pendências que são objeto de litígio ou que estão inscritas na dívida ativa da União. Diferentemente do Refis, não é um parcelamento generalizado para todos os contribuintes. Nos bastidores, existe uma promessa da Receita de acelerar a inscrição de débitos em dívida ativa, para que esses possam ser objeto de transação.

“O governo precisa sair do corner e as micro e pequenas empresas são o motor”, argumenta Melles. Elas representam 99% das pessoas jurídicas do país, 55% dos empregos formais e de 27% a 30% do Produto Interno Bruto (PIB), afirmou.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

**O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador**

SUTIÃ 5D



## **Incerteza fiscal aperta condições financeiras**

Apesar do nível contracionista para atividade, analistas alertam para risco de deterioração adicional caso BC não opte por alta de 0,5 ponto na Selic na semana que vem

**Por Victor Rezende** — De São Paulo

10/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---



Os riscos em torno da trajetória da dívida pública e a deterioração das expectativas de inflação se somaram à forte alta dos juros internacionais e intensificaram o aperto das condições financeiras. Esse fator esquentou a discussão no mercado sobre os efeitos do início do ciclo de normalização da política monetária no momento em que a atividade econômica deve se mostrar bastante fraca.

Se o Banco Central optar por um aumento de 0,50 ponto percentual na Selic na próxima semana, a reação deve ser limitada, já que esse nível já está incorporado na curva de juros. Analistas, contudo, alertam para a chance de deterioração adicional das condições financeiras caso o caminho seja por manutenção da taxa Selic em 2% ou uma alta de apenas 0,25 ponto.

## Sem alívio

Índice de condições financeiras mostra cenário mais apreensivo



Fonte: Ibre/FGV

Elaborado pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV, o Índice de Condições Financeiras (ICF) já está em níveis bastante contracionistas. Quando o indicador está acima de zero, ele aponta para um aperto das condições financeiras. Abaixo de zero,

indica alívio. Pesquisadora do Ibre, a economista Luana Miranda nota que o ICF acima de 1 ponto está em um nível contracionista “que dificulta a retomada da atividade”.

O ICF agrega componentes de preços, como commodities e câmbio, de confiança dos agentes e variáveis de mercado, como índices nacionais e internacionais de bolsas, medidas de risco-país e o comportamento das taxas de juros. Com a piora nos preços dos ativos brasileiros, o indicador tem se mantido acima de 1 ponto.

“Temos visto uma reinterpretação do mercado sobre a agenda do Planalto. Antes se trabalhava com a hipótese de uma sintonia entre o Planalto e o Ministério da Economia. No entanto, uma sucessão de fatos tem levado a uma reprecificação desse cenário”, afirma o economista-chefe da XP Asset Management, Fernando Genta, ao apontar para a depreciação sofrida pelos ativos brasileiros neste ano.

O economista nota que a mudança anunciada no comando da Petrobras de forma súbita foi o primeiro evento a aumentar a desconfiança do mercado. Além disso, cita declarações do presidente Jair Bolsonaro sobre o setor elétrico e o Banco do Brasil; a iniciativa do Planalto de retirar o Bolsa Família do teto de gastos; e a relutância inicial do governo em relação ao texto da PEC Emergencial abarcar categorias que formam a base de apoio do Planalto.

“Essa série de fatores fez com que se reprecificasse o quanto seria o grau de suporte do presidente à agenda de reformas. É legítimo que o mercado questione e que isso se materialize nos preços dos ativos”, afirma Genta.

O economista observa que um aumento dos juros representa aperto das condições financeiras, mas como a alta da Selic já está precificada, boa parte desse aperto está dada. Para Genta, contudo, se o BC não começar a dar agora uma resposta aos choques da economia e postergar o início do ciclo de elevação da Selic, poderia haver uma deterioração das expectativas como efeito da interpretação de um BC atrás da curva.

“A nosso ver, o BC não gostaria de correr o risco de ‘ficar para trás’ aos olhos do mercado, porque isso poderia impor um custo maior para a política monetária no futuro caso se perdesse a credibilidade no processo”, afirma o economista-chefe



para Brasil do Barclays, Roberto Secemski. O banco britânico espera uma alta de 0,50 ponto na Selic na semana que vem, com a taxa básica encerrando o ano em 4,5%.

Com outra metodologia, que tem como base os modelos do Banco Central, o Índice de Condições Financeiras elaborado pelo ASA Investments também está em um nível bastante contracionista. O indicador atingiu recentemente o maior nível desde março de 2020, quando eclodiu a crise da covid-19 e desenha um cenário que é “o pior dos mundos” para o BC, aponta o economista-chefe do ASA, Gustavo Ribeiro.

“Estamos nos aproximando da possibilidade de desancoragem das expectativas de inflação. O BC tem em mãos inflação corrente elevada e dúvidas crescentes sobre a trajetória fiscal. O resultado é um claro aumento de juros na semana que vem”, diz. O ASA mantém um cenário construtivo em relação à questão fiscal, ao apontar que a PEC Emergencial, da forma como passou no Senado, tem efeito líquido positivo. Ribeiro ressalta, contudo, que o cenário de cauda se mostra mais forte diante da chance de a PEC ser desidratada na Câmara.

“Tudo depende da questão fiscal. Será uma reunião bastante difícil para o Copom, já que há uma deterioração importante do balanço de riscos. Apesar da pandemia trazer um risco de baixa para a atividade, ela também aumenta as pressões por uma guinada mais populista e isso atrapalha o trabalho do BC”, afirma Ribeiro.

Assim como o ASA Investments, a Armor Capital espera uma alta de 0,50 ponto na Selic agora em março. A economista-chefe da gestora, Andrea Damico, alerta, porém, que o BC pode ser percebido como leniente com a inflação caso não sancione esse aumento, levando a uma piora das condições financeiras.

“O nível atual da taxa de câmbio já tem no preço que o BC irá elevar juros e dar continuidade ao ciclo de alta. Se o BC não fizer isso, podemos ter um processo ainda pior na dinâmica da moeda”, afirma a economista. Ela aponta, ainda, para os juros de longo prazo, que podem subir ainda mais diante da possível leitura de um BC menos preocupado com a inflação corrente.

Além disso, Damico diz não ver uma tendência de apreciação do real. “Se isso se confirmar, não tem muita escapatória e vamos ter mais inflação. O Focus deve continuar a ‘andar’ um pouco mais e daí, em linha com o consenso, o BC deve elevar os juros.”

Ao revisar suas projeções recentemente, o economista-chefe da Genoa Capital, Igor Velecico, também passou a considerar um cenário de câmbio mais depreciado, com o dólar em R\$ 5,55 no fim do ano. Nesse ambiente, o IPCA encerraria 2021 em 4,5%.

Velecico também prevê uma alta de 0,50 ponto na Selic agora, com alguma chance de ser um aumento de 0,75 ponto. Para ele, o movimento deve dar apoio a uma melhora das condições financeiras, mas não a ponto de torná-las expansionistas. “No fundo, a diminuição da incerteza sobre a política fiscal brasileira é o que daria um alívio maior.”

O economista diz concordar com a visão de que o aperto das condições financeiras se dá, principalmente, pela desconfiança com a saúde das contas públicas. “Mas existe também um pouco de evidência empírica de que se o BC entregar altas de juros é possível haver alguma apreciação do real”, afirma Velecico, ao lembrar da valorização do câmbio após a divulgação da ata da reunião de janeiro do Copom, quando o mercado interpretou a mensagem do comitê como uma indicação mais dura em relação à retirada dos estímulos.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

**Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.**

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

**Papel De Parede Importado Vinílico Lavável Geométrico Abstrato Azul com Prata Elegante**

R\$ 134,30

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

**Sofá Madison 2,00m Fixo Royal - NETSOFAS**

R\$ 1.034,99

MADARDA7

COMPRAR

## Julgamento sobre Lei do Bem no STJ está empatado

Nos tribunais regionais, prevalecem decisões desfavoráveis às varejistas de produtos de informática e tecnologia

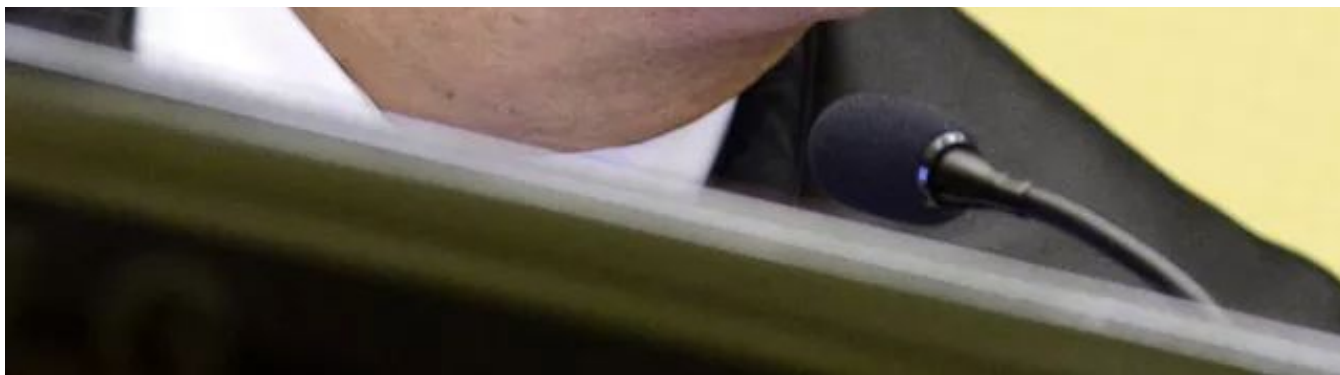
Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

10/03/2021 05h01 · Atualizado há 6 horas

---







Gurgel de Faria: revogação prematura não fere o Código Tributário Nacional — Foto: Divulgação

Está empatado na 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) o julgamento que discute a revogação antecipada da alíquota zero de PIS e Cofins sobre a receita bruta com a venda, a consumidor final, de produtos de informática e tecnologia - como smartphones e notebooks. Retomada ontem, a sessão foi novamente suspensa por pedido de vista.

O tema interessa ao varejo. Há um voto a favor do contribuinte e um contra. Mais três ministros irão votar no julgamento. Nos Tribunais Regionais Federais (TRFs), prevalecem decisões favoráveis à Fazenda Nacional, de acordo com a sustentação oral da procuradora Amanda Geracy.

O benefício fiscal foi criado pela chamada Lei do Bem (nº 11.196, de 2005) para estimular a venda desses produtos. Representou, anualmente, renúncia de R\$ 6,7 bilhões. A informação é da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A alíquota zero de PIS e Cofins foi estabelecida em 2005 e por duas vezes o benefício fiscal foi renovado. Deveria valer até 2018, mas foi revogado em 2015, por meio da edição da Lei nº 13.241.

Na 1ª Turma do STJ, o tema é julgado por meio de três recursos (REsp 1849819, REsp 1845082 e REsp 1725452). Dois deles de empresas e um da Fazenda Nacional contra decisões de segunda instância.

As varejistas alegam que incentivo fiscal concedido com prazo certo e com algumas condições não pode ser cancelado a qualquer tempo. Consideram incabível a revogação prematura. Já a Fazenda Nacional considera que a discussão é

constitucional. Caberia definir se uma lei poderia revogar benefício de alíquota zero instituído por outra lei. O benefício ao setor industrial não foi revogado e persiste até 2029.

O julgamento foi iniciado em dezembro, com o voto do relator, ministro Napoleão Nunes Maia Filho, a favor das varejistas. Ele entendeu que a revogação antecipada causou enorme surpresa e prejuízo aos contribuintes, que “se fiaram” na conversa do governo. Ele acrescentou que o benefício fiscal visava atingir mais as camadas sociais do que os agentes produtivos.

“Isso pode ser feito? Prorroga uma coisa e sete meses depois cancela essa coisa?”, disse. “Não se deve matar o boi para acabar com os carrapatos. Precisamos manter o sistema de incentivos.”

Na sessão de ontem, votou o ministro Gurgel de Faria. Ele considerou relevante observar que o contribuinte fez investimentos e seguiu previsão legal, acreditando que as condições seriam respeitadas. A circunstância de o benefício ser uma isenção não importa, segundo o ministro. “O princípio da segurança jurídica deve ensejar maior observação da pessoa investida de poderes para aplicar a norma”, afirmou.

Porém, decidiu divergir do relator por considerar que eventuais despesas de varejistas e industriais para se adequar ao programa não constavam na lei como condicionantes ao aproveitamento do incentivo fiscal, apesar de não se afastar a relevância dele para o varejo.

Embora se trate de incentivo fiscal, a revogação, para os varejistas, tem efeitos diversos pela peculiaridade de sua atuação, acrescentou. Por isso, afirmou, a revogação prematura da alíquota zero em debate não fere o Código Tributário Nacional (CTN). “No caso específico dos varejistas, não se trata de alíquota zero condicionada ou benefício fiscal condicionado”, disse o ministro ao negar o pedido das empresas.

O julgamento foi suspenso em seguida por pedido de vista da ministra Regina Helena Costa. Além dela, ainda deverão votar os ministros Sérgio Kukina e Benedito Gonçalves.

---

# PGFN tenta na Justiça barrar pedidos de compensação cruzada de créditos

Procuradores em São Paulo colocaram 54 casos sob acompanhamento especial

Por **Laura Ignacio** — De São Paulo

10/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





A recente discussão judicial sobre a possibilidade de pagamento de débitos previdenciários com créditos de tributos federais - especialmente os de PIS e Cofins gerados com a exclusão do ICMS - chamou a atenção da Fazenda Nacional. Os procuradores em São Paulo (3ª Região) colocaram sob acompanhamento especial ao menos 54 processos de grandes empresas que buscam a chamada compensação cruzada.

A Lei nº 13.670, de 2018, viabilizou esse tipo de compensação, mas apenas de créditos e débitos apurados após a vigência do eSocial, sistema que permite ao Fisco acompanhar os pagamentos ao INSS em tempo real. Na prática, segundo advogados, trata-se de uma desoneração indireta da folha de salários, que ajuda as empresas a terem mais fôlego de caixa.

A luz amarela acendeu na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) após o Grupo SBF, dono da Centauro, conseguir a primeira liminar favorável. Depois dessa decisão, os procuradores conseguiram barrar na Justiça os pedidos do GPA (Pão de Açúcar), da Camil, da fabricante de tintas The Valspar e da Expresso de Prata. Mas ainda cabe recurso.

O principal objetivo das grandes empresas, com os processos, é dar vazão ao grande volume de créditos obtidos com a exclusão do ICMS do PIS e da Cofins. O GPA, nas suas demonstrações financeiras, relata ter R\$ 1,6 bilhão. A Camil, R\$ 64,2 milhões. E a Expresso de Prata cerca de R\$ 10 milhões.

Na Justiça, empresas e Fazenda Nacional divergem sobre quais créditos são válidos na compensação cruzada. Pela interpretação dos procuradores, o fato gerador do crédito deve ser posterior à adesão do contribuinte ao eSocial. Já os contribuintes alegam que a data da decisão judicial final (trânsito em julgado) que reconhece o direito deve ser subsequente à entrada no sistema, o que estende o prazo para uso dos valores.

A liminar que beneficia a Centauro foi obtida na 2ª Vara Cível Federal de São Paulo (processo nº 5021593-13.2020.4.03.6100). O Grupo SBF, segundo prospecto ao mercado, tinha em 30 de setembro de 2020 R\$ 420,99 milhões em créditos de PIS e Cofins com a exclusão do ICMS.

No caso da Centauro, a Justiça acatou o argumento de que vale o momento em que a empresa obteve a decisão transitada em julgado. A Fazenda pediu a suspensão dos efeitos da liminar. Não conseguiu. Mas obteve efeito suspensivo no processo do GPA (processo nº 5001068-40.2021.4.03.0000). O grupo havia obtido sentença favorável.

Ao analisar a apelação no caso GPA, o desembargador Helio Egydio de Matos Nogueira concluiu: “Extrai-se da leitura do dispositivo legal que há expressa vedação à compensação de débitos relativos a contribuições previdenciárias e contribuições devidas a terceiros (artigos 2º e 3º da Lei nº 11.457/07) relativo a período de apuração anterior à utilização do eSocial para a apuração das referidas contribuições”.

Procurador da Divisão de Acompanhamento Especial da 3ª Região, Marcio Crejonias afirma que, embora não haja determinação em lei sobre a partir de qual momento o crédito tributário existe, “a interpretação consagrada na doutrina é de que sua apuração ocorre a partir do pagamento indevido, que é o fato gerador”. Para ele, a decisão judicial só reconhece um crédito preexistente.

Crejonias considera a tese das empresas “bastante frágil” e até “esdrúxula”. “A compensação é um direito do contribuinte, mas existe esse corte temporal, da data da apuração do crédito. A não ser que uma nova lei revogue a vedação imposta pelo artigo 26-A da Lei 13.670”, diz.

Com o crescimento de mandados de segurança com pedido de liminar, a procuradoria vem fazendo uma espécie de trabalho preventivo. “Assim que uma ação é distribuída, antes de recebermos a citação, já apresentamos defesa”, afirma o procurador. “Apesar do contribuinte com liminar já poder usar o crédito, se ele perde a discussão de mérito lá na frente, terá que pagar o débito indevidamente compensado com juros e multa.”

Os tributaristas contestam a argumentação da Fazenda. A advogada especialista em direito previdenciário Cristiane Matsumoto, sócia do Pinheiro Neto Advogados, diz que a Lei ° 13.670 não dispõe sobre o momento do fato gerador do crédito. “Um crédito só pode ser habilitado pelo trânsito em julgado. Antes disso há uma expectativa de direito. O crédito não existe ainda”, diz.

A grande maioria dos créditos de PIS e Cofins sem o ICMS da Expresso de Prata transitaram em julgado após a adesão ao eSocial, segundo Gilberto Andrade Júnior, sócio do AFM Sociedade de Advogados, que representa a empresa (processo nº 5004511-66.2020.4.03.6100).

Edson Franciscato Mortari, também sócio do escritório, afirma que já foi apresentado agravo e a negativa ao pedido da empresa foi mantida. “Mas há expectativa de reviravolta na análise do mérito”, diz.

“Alegamos que, com base na Instrução Normativa da Receita Federal nº 1717, a empresa precisa primeiro credenciar o trânsito em julgado, para só depois habilitar o crédito e fazer a compensação cruzada”, acrescenta Gilberto Andrade Júnior. Ele afirma que o setor de transporte rodoviário de passageiros foi afetado pela pandemia em mais de 70% do faturamento.

Para o tributarista Fernando Westin Marcondes Pereira, do escritório Ayres Ribeiro Advogados, a discussão pode ir parar no Supremo Tribunal Federal. Como a implementação do eSocial aconteceu em fases, a depender do faturamento da empresa, explica, se a Fazenda permitir a compensação cruzada a partir da data de cada fase, pode-se alegar violação ao princípio constitucional da isonomia.

Do mesmo escritório, Caio Malpighi diz que o objetivo final da procuradoria é restringir ao máximo o uso de créditos, “na mesma linha da Receita Federal”. Na semana passada, o órgão montou uma equipe para verificar os créditos aos quais as empresas dizem ter direito.

A Camil (processo nº 5018774-06.2020.4.03.6100) e a Sherwin Williams, que é controladora da The Valspar (processo nº 5003058-91. 2020.4.03.6114), não comentam processos em andamento. Por nota, o GPA diz que o mandado de



segurança aguarda julgamento do mérito em segunda instância. A Centauro preferiu não se manifestar.

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

---

LINK PATROCINADO

**Sapatilha especial a prova d'água é a melhor opção para não machucar os pés ou queimá-los na areia**

MOSALI

LINK PATROCINADO

**Papel De Parede Importado Vinílico Lavável Geométrico Abstrato Azul com Prata Elegante**

R\$ 134,30

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

**Balcão c/ Tampo Aline-Poquema - Damasco / Preto**

R\$ 318,90

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

**Papel de Parede Arabesco Azul**

R\$ 39,90

QCOLA

COMPRAR

LINK PATROCINADO

**O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador**

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

**Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.**

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

por taboola

---

## Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

**Detran-SP leiloa BMW e outros 799 veículos nesta semana**

VALOR INVESTE

**Lula adia entrevista coletiva para amanhã para acompanhar julgamento da suspeição de Moro no STF**

# Prefeituras gastam 19% mais com saúde

Avanço é generalizado e mais que o dobro do das despesas totais dos municípios em 2020

Por Marta Watanabe e Leila Souza Lima — De São Paulo

10/03/2021 05h01 · Atualizado há 13 minutos

## Gastos na saúde avançam

Despesas empenhadas por faixa de população

Habitantes	População total	Número municípios	Valor em 2020 (em R\$ bilhões)	2020/19* (%)
Mais de 1 milhão	42.320.203	15	40,51	16,74
Mais de 500 mil até 1 milhão	20.609.898	31	21,12	21,79
Mais de 100 mil até 500 mil	47.624.947	237	44,28	17,85
Mais de 50 mil até 100 mil	19.491.263	283	17,41	19,98
Mais de 10 mil até 50 mil	40.308.313	1.870	35,36	22,33
Até 10 mil	9.787.256	1.898	11,58	18,71
<b>Total</b>	<b>180.141.880</b>	<b>4.334</b>	<b>170,26</b>	<b>19,24</b>

Fonte: IBGE e Siconfi, com elaboração do Valor. \*Variação nominal

As prefeituras do país gastaram em saúde no ano passado praticamente um quinto a mais do que em 2019. Foram R\$ 27,5 bilhões em despesas totais a mais na saúde, o que contempla pessoal, custeio e investimentos. O valor seria suficiente para a compra de mais de 470 milhões de doses de vacina contra a covid-19, considerando R\$ 58,20 a dose, preço para a aquisição da Coronavac.

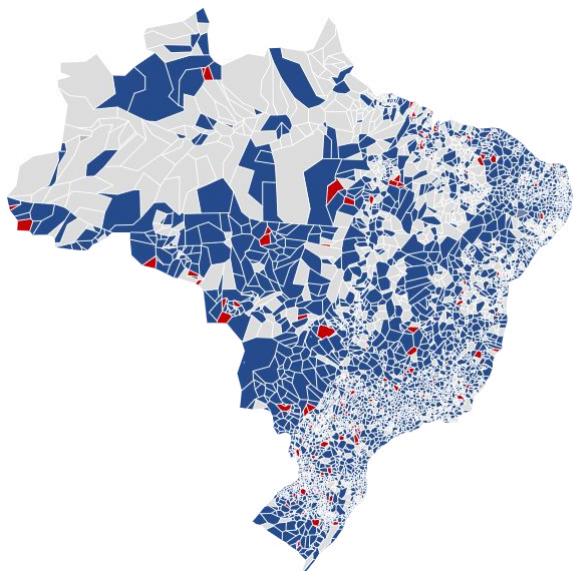
Os dados referem-se a 4.334 municípios, correspondentes a uma população de 180,14 milhões de habitantes, e mostram o impacto da pandemia nas contas municipais. Juntos, os municípios gastaram total de R\$ 170,26 bilhões na função saúde em 2020, com alta nominal de 19,2% em relação a 2019. Sob impacto da

segunda onda da doença, os gastos na área seguem pressionados neste início de 2021, segundo as prefeituras.

## Gastos com saúde

Variação 2020/2019\*

Queda    Sem dados disponíveis    Aumento



Fonte: IBGE e Siconfi/Tesouro, com elaboração do Valor. \*Despesas empenhadas em 2020 na função educação, com variação nominal. Incluem pessoal, custeio e investimentos. Dados extraídos em 05/03/2021

Os dados foram levantados pelo **Valor** dos relatórios fiscais entregues pelas prefeituras à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com dados de despesas na função saúde de 2020 e 2019. Extraídos em 5 de março, os dados mostram que o gasto na área avançou mais que as despesas totais, que cresceram 9%. Consideraram-se os gastos empenhados e não foram incluídos os valores intraorçamentários.

O aumento de despesas na saúde foi generalizado e aconteceu em 94,7% das cidades no universo levantado. Nas 15 cidades com mais 1 milhão de habitantes a elevação foi de 16,7% enquanto em 31 municípios entre 500 mil e 1 milhão de habitantes o aumento foi de 21,8%. Foram usados dados da população projetada para 2020 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Entre as 46 cidades com mais de 500 mil habitantes que constam do universo levantado, as maiores taxas de crescimento de gastos na saúde ficaram com Belford Roxo (RJ), com avanço de 55%, e Macapá (AP), com alta de 48,6%. A fluminense Niterói subiu em 39,6% os gastos com saúde em 2020 e em Recife e Teresina a alta foi de 35%. Nesse mesmo grupo das cidades com mais de 500 mil habitantes, as menores taxas de crescimento ficaram no Rio de Janeiro, em São Luís (MA) e em Guarulhos (SP), com aumentos respectivos de 5,4%, 4,1% e 3,5%. Nesse recorte do universo não houve municípios com queda de gastos.

A expressiva expansão das despesas com saúde no ano passado se deve, em grande parte, às transferências extraordinárias da União, diz o médico sanitário Adriano Massuda, pesquisador da FGV-EAESP. A despesas, em grande parte, aponta, financiaram a expansão da rede hospitalar, mas há disparidade no uso dos recursos (*ver texto abaixo*). No agregado dos municípios, a despesa com assistência hospitalar e ambulatorial, que absorve 45% dos gastos de saúde das prefeituras, subiu 21% nominais no ano passado.

Em Curitiba, município com população de 1,9 milhão de habitantes, os gastos com saúde em 2020 somaram R\$ 2,1 bilhões, com aumento de 13% em relação ao ano anterior e devem seguir pressionados em nível alto pelo menos no primeiro semestre, diz Vitor Puppi, secretário de Planejamento, Finanças e Orçamento da capital paranaense. O quadro para o segundo semestre, diz ele, depende do ritmo da vacinação.

Mais agressiva, a segunda onda da covid-19 resultou em aumento do número de profissionais contratados e ampliação do número de leitos destinados à doença, o que tem elevado os gastos na saúde. Neste ano, informa, foram abertos em Curitiba 138 leitos, sendo 68 de UTIs. Até a próxima semana deverão ser abertos mais 52, dentre os quais 20 de UTIs, todos destinados a pacientes de covid-19. Ontem o município contabilizava 96% de ocupação dos leitos de UTI para covid na rede municipal.

“É uma situação dramática”, diz Puppi. As ampliações de instalações e busca de novos profissionais de saúde, diz ele, foram necessárias dada a agressividade da



pandemia neste momento, com contaminação mais rápida, sintomas mais graves e maior incidência na faixa de idade entre 35 e 50 anos.

Em Aracaju, o secretário de Fazenda do município, Jeferson Passos, também acompanha os dados de ocupação de leitos. Considerando a rede pública e privada, diz ele, a taxa de ocupação de leitos UTI de adulto para covid era de 65% ontem. Desde o início do ano, diz ele, o município aumentou a oferta de leitos em cerca de 90% por meio de instalações na rede pública ou pela contratação de leitos em entidades filantrópicas. Também se estuda, segundo ele, a reabertura do hospital de campanha.

Com a ampliação de leitos, novas equipes de assistência também estão sendo contratadas, explica Passos, já que o número de casos de covid-19 e de internações na capital sergipana neste início de 2021 ultrapassa os indicadores do pico da pandemia em 2020.

As prefeituras tentam ampliar a estrutura de atendimento da saúde em meio ao aumento de casos da doença e à fila para consultas, exames e cirurgias eletivos represados durante a pandemia, diz Gilberto Perre, secretário-executivo da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). Ao mesmo tempo há preocupação com as receitas, que deverão ser impactadas com medidas mais restritivas de isolamento social. A vacinação, aponta, é crucial para mudar o cenário.

Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da RPS Capital, diz que a demanda na saúde ainda deverá continuar relativamente alta durante o recrudescimento dos casos de covid-19 e mesmo após superado esse momento mais crítico, o que torna o equilíbrio fiscal mais difícil. A pandemia antecipou os efeitos de aumento de gastos na saúde que o envelhecimento da população traria ao longo do tempo e também tornou mais claro, diz, a necessidade de debater os mínimos constitucionais para as áreas de educação e saúde. A unificação dos mínimos, avalia, pode direcionar melhor os recursos conforme as características de cada cidade e garantir a organização de uma infraestrutura de saúde com maior ganho de escala.

# Despesas totais na área e variação em relação a 2019\*

Página 1 de 289



Cidade	UF	População Estimada	Saúde em 2020 (R\$ milhões)	2020/2019 (%)
São Paulo	SP	12.325.232	13.541,99	22,31%
Rio de Janeiro	RJ	6.747.815	4.908,21	5,44%
Salvador	BA	2.886.698	1.838,15	19,26%
Fortaleza	CE	2.686.612	2.715,32	18,79%
Belo Horizonte	MG	2.521.564	4.151,02	9,01%
Manaus	AM	2.219.580	1.158,66	28,82%
Curitiba	PR	1.948.626	2.106,27	13,07%
Recife	PE	1.653.461	1.548,58	35,13%
Goiânia	GO	1.536.097	1.518,98	20,6%
Belém	PA	1.499.641	1.021,01	9,74%
Porto Alegre	RS	1.488.252	1.902,41	27,41%
-	-	-	-	-

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

**Conheça o alarme que assusta qualquer bandido.**

ALARME VERISURE Nº1 DO BRASIL

LINK PATROCINADO

**Papel De Parede Importado Vinílico Lavável Geométrico Abstrato Azul com Prata Elegante**

R\$ 134,30

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

**Sofá Madison 2,00m Fixo Turquesa - NETSOFAS**

R\$ 1.034,99

MARABRAZ

COMPRAR

LINK PATROCINADO

**Papel de Parede Arabesco Azul**

R\$ 30,00

# Próximo Plano Safra vai esbarrar no ajuste fiscal

Restrições orçamentárias deverão reduzir recursos para equalização

Por **Rafael Walendorff** — De Brasília

10/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

---

“A possibilidade de aumentar os recursos para equalização é diminuta”, reforçou Boueri, do Ministério da Economia —  
Foto: Andre Coelho/Valor

Embora o Ministério da Agricultura reitere que quer construir um Plano Safra 2021/22 melhor e mais audacioso que o atual - e os produtores torçam por isso -, as limitações orçamentárias indicam, até agora, que as grandes linhas de crédito que fazem parte dessa política vão entrar em vigor em 1º de julho com as mesmas limitações observadas nesta temporada 2020/21.

Ou seja, os juros deverão permanecer no patamar atual, considerado elevado, e recursos com taxas equalizadas tendem a se tornar escassos com o andamento do calendário. Isso prejudica sobretudo pequenos e médios agropecuaristas, mais dependentes dessa fonte para custeio, comercialização e investimentos.

“Não temos como garantir que o Plano Safra venha tão bom quanto veio no ano passado, especialmente em termos de taxas de juros”, afirmou Rogério Boueri, subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais do Ministério da Economia, ao **Valor**. Nesta safra 2020/21, os juros variam de 2,75% a 6% ao ano. São R\$ 236,6 bilhões em recursos para crédito rural, com R\$ 11,5 bilhões do Tesouro Nacional para a equalização dos juros.

Na opinião de um executivo do sistema financeiro com anos de atuação na formulação de Planos Safra, o cenário sugere que as taxas serão mantidas ou sofram apenas alterações mínimas. “Olhando as contas públicas e vendo o esforço que vai ser feito com o novo auxílio emergencial, não vejo muito espaço para uma redução. Mas, com a Selic baixa, também é muito difícil encontrar uma justificativa política para aumentar as taxas aos produtores, apesar de parecer ser lógico economicamente”, resumiu.

O Ministério da Agricultura e entidades do setor produtivo querem ampliar a cifra da subvenção ao crédito para R\$ 15 bilhões na próxima safra. “A possibilidade de aumentar os recursos para equalização é diminuta”, reforçou Boueri. Segundo ele,



essa é a análise técnica, baseada nas perspectivas de orçamento em tempos de aperto fiscal. Mas o horizonte sempre pode sofrer alterações no âmbito político a partir da articulação entre os ministros Paulo Guedes, da Economia, e Tereza Cristina, da Agricultura.

Na semana passada, representantes do agronegócio do Paraná, um dos principais Estados produtores do país, enviaram à ministra suas propostas para próximo Plano Safra. Entre as reivindicações estão o corte linear de 1 ponto percentual nos juros em todas as linhas, para entre 1,75% e 5%, e o aumento do volume total de recursos para R\$ 277 bilhões, 17% mais que na atual temporada. Esse foi praticamente o mesmo aumento dos desembolsos de crédito rural no país registrado entre julho do ano passado e o último mês de fevereiro.

Outro pedido é que não seja indexada a taxa de juros de nenhum programa de crédito rural. Assinam o documento a Federação da Agricultura do Estado (Faep), a Organização das Cooperativas paranaenses (Ocepar), a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (Seab) e a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares (Fetaep).

“Não deveríamos baixar juros para, com isso, alavancar mais recursos. Este ano, os recursos para equalização acabaram cedo demais, porque os juros ficaram muito baixos”, disse um auxiliar direto de Tereza Cristina. “Poderíamos subir um pouco, mas é muito difícil aumentar juros. Talvez seja melhor focar na equalização do custeio de pequenos e médios produtores”, afirmou.

O pensamento é o mesmo da equipe econômica. Se não houver incremento do orçamento, a intenção é ao menos privilegiar os pequenos produtores com a maior fatia desse dinheiro, coisa que não aconteceu nesta safra. “Queremos concentrar a subvenção para o Pronaf e para linhas de apelo ambiental. Podemos deixar os grandes no crédito rural com recursos controlados, sem equalização, e recursos livres”, afirmou Boueri.

Segundo ele, se o esgotamento precoce da equalização nesta temporada 2020/21 levar a uma demanda represada a partir de julho, poderá não haver recursos suficientes. “Os produtores podem buscar recursos livres e privados no restante da

# Rede privada vai custar a operadoras R\$ 780 milhões

Ministro das Comunicações diz que valor de R\$ 1 bilhão, já divulgado, é só um teto

Por **Rafael Bitencourt** — De Brasília

10/03/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Fábio Faria: "Estive na China e percebi que eles [fornecedores chineses] não têm interesse em fazer a rede privada" — Foto: Alan Santos/PR

A rede privativa do governo custará R\$ 780 milhões para as operadoras que arrematarem parte das licenças da quinta geração de telefonia celular (5G). Ontem, o ministro das Comunicações, Fábio Faria, informou que o valor de R\$ 1 bilhão, divulgado anteriormente, funcionará apenas como teto que não poderá ser extrapolado.

A construção de uma rede exclusiva foi incluída no edital como uma das contrapartidas de investimento das operadoras que adquirirem licenças na faixa de 3,5 gigahertz (3,5 GHz). A estimativa menor ajuda a conter o custo do total das obrigações, previsto inicialmente em R\$ 23 bilhões para as empresas vencedoras.

Esse montante inclui a expansão de rede de fibra óptica e o sinal de celular para municípios não atendidos, a cobertura de serviço em rodovias federais, o programa de inclusão digital na Amazônia e a migração do sinal de TV aberta transmitida por parabólicas para outra banda de satélite (banda Ku).

Durante debate promovido pela Câmara dos Deputados, Faria voltou a ser questionado a respeito do banimento dos fornecedores chineses, sob alegação de ameaça de espionagem. Ele garantiu que as decisões tomadas, até agora, não excluem os fornecedores chineses do mercado de 5G no Brasil.

O assunto surgiu quando o governo chegou a considerar o banimento da Huawei, a exemplo do que fizeram os Estados Unidos e outros países aliados. Após sofrer duras críticas das operadoras, o governo decidiu apenas fazer exigências relacionadas ao cumprimento de padrões de governança corporativa de quem fornecer os equipamentos para rede privativa.

“Como é comunicação sensível, nós colocamos alguns pré-requisitos. Dentre eles, que o acordo de acionista seja o mesmo do mercado acionário brasileiro. Então, a gente não exclui nenhum país - a China, por exemplo, sendo bem direto”, afirmou o ministro em audiência pública, realizada por meio de videoconferência.

De acordo com o ministro, a rede do governo será operada pelo setor privado. Ele admitiu que a Telebras chegou a ser considerada, mas isso só ocorreria se não houvesse interesse das operadoras. O governo exigirá a instalação de rede móvel na

região central de Brasília e rede fixa nas demais regiões do país para conectar os órgãos públicos.

Na recente visita aos países envolvidos no desenvolvimento de 5G, Faria disse ter reparado que alguns fornecedores, como a Nokia, têm se especializado na implantação de redes seguras. “Estive na China e percebi claramente que eles [fornecedores chineses] não têm interesse em fazer a rede privativa”, afirmou.

Aos deputados, Faria voltou a defender a obrigação de adotar imediatamente o modelo de rede com equipamentos exclusivos da nova tecnologia, o “5G standalone”. Para ele, trata-se de um “5G plus”, capaz de entregar as funcionalidades mais sofisticadas. Além de oferecer acesso à internet cem vezes mais veloz do que o padrão 4G e garantir níveis baixíssimos de latência - o tempo de resposta da rede na execução de comandos pelo usuário.

“Teremos uma latência muito baixa que vai fazer com que vários serviços aconteçam no Brasil”, comentou o ministro. Como exemplo, ele mencionou que o alto nível de precisão do “5G standalone” viabiliza sistema de telemedicina com cirurgias a distância e operação de carros autônomos, em que qualquer imprecisão ou atraso poderia levar à morte de um paciente ou acidente de trânsito.

Para o presidente-executivo da Conexis Brasil Digital, Marcos Ferrari, o teto de R\$ 1 bilhão informado pelo ministro das Comunicações contribui para tranquilizar o setor de telecomunicações. “O estabelecimento do teto deu mais conforto ao setor”, disse Ferrari. Conhecido anteriormente como SindiTelebrasil, a Conexis é um sindicato que reúne algumas das maiores operadoras do país.

“Avaliamos que quanto menos recursos forem destinados a obrigações não associadas ao edital melhor será para a expansão dos serviços”, acrescentou Ferrari. A Conexis Brasil Digital, assim como operadoras móveis e fabricantes de infraestrutura, vêm repetidamente propondo que o leilão das frequências a serem usadas em 5G tenha um viés não arrecadatório. **(Colaborou Rodrigo Carro, do Rio)**



# Risco de dominância fiscal volta a rondar os mercados

O roteiro é conhecido: os juros futuros passam a subir e afetam o preço dos títulos públicos

Por **Alex Ribeiro** — De São Paulo

10/03/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

O risco de o país entrar em dominância fiscal - situação em que subir os juros pode resultar em mais inflação em vez de menos - volta a rondar o mercado, depois da decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), que abre caminho para a candidatura em 2022 do ex-presidente Lula.

Alguns analistas do mercado financeiro já comentavam, de forma reservada, a possibilidade de retorno desse risco de dominância fiscal porque a trajetória da dívida pública depende muito do cenário macroeconômico, que tem um viés negativo, além obviamente das medidas fiscais que venham a ser adotadas pelo governo e pelo Congresso.

O último relatório da Instituição Fiscal Independente (IFI) ilustra bem esse dilema. Seu cenário base é que a dívida bruta siga subindo, dos 89,9% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2020 até 103,4% do PIB em 2030.

Não é uma trajetória, exatamente, positiva, e sua concretização depende do comportamento da economia. A IFI trabalha, nessa projeção, com um câmbio de R\$ 5,37 neste ano, juros reais de 3% ao ano e variação anual do PIB de 2,3%, ambos no longo prazo.

Ontem, a cotação do dólar bateu a máxima de R\$ 5,87 e no fechamento recuou a R\$ 5,79, e há preocupações sobre aonde vai o juro de equilíbrio. Boa parte da crença do mercado e do Banco Central de que a taxa neutra caiu a cerca de 3% reais ao ano se apoia na trajetória de consolidação fiscal e em condições monetárias favoráveis no exterior.

A IFI traça um cenário alternativo pessimista para a dívida com um câmbio de R\$ 5,73 neste ano, juros reais de 5,1% no longo prazo e uma expansão do PIB de 1,3% de forma sustentada. Sua conclusão é que a dívida bruta chegaria a 135% do PIB em 2030. Esse cenário embute também um déficit primário alto, na casa dos 3% do PIB.

Quase ninguém acha que essas preocupações com a dominância fiscal vão estar presentes na reunião da semana que vem do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Mas, alguns argumentam, é um tema que pode ganhar força ao longo do tempo.

O roteiro é conhecido: os juros futuros passam a subir e afetam o preço dos títulos públicos, até chegar nos papéis pós-fixados, as Letras Financeiras do Tesouro (LFT). Nesse momento, o ruído aumenta muito, como ocorreu em fins do ano passado, e pode levar à instabilidade no mercado.

Luiz Fernando Figueiredo, sócio da Mauá Capital, fez parte da diretoria colegiada do Banco Central em 2002, quando o fantasma da dominância fiscal assustou os mercados. Ele acha que, atualmente, os riscos de que isso volte a acontecer não devem ser exagerados.

Para ele, os juros neutros estão mais perto de 2% reais ao ano do que de 3%. O ex-BC pondera que, apesar de o governo apresentar déficits primários, duas forças que empurravam para cima os juros neutros estão sob controle: a expansão real dos gastos e a política para-fiscal dos bancos públicos.

Além disso, o ambiente internacional é de juros estruturalmente baixos, em decorrência das forças que aumentam a poupança, como as mudanças demográficas, e que reduzem a demanda por investimentos, como os avanços tecnológicos.

“Os demais países fizeram a convergência para juros estruturalmente baixos, o Brasil foi o último a normalizar porque o gasto público aumentava todos os anos acima da inflação”, diz Figueiredo. “Eram fatores que obrigavam o Banco Central a subir os juros mais fortemente cada vez que precisava combater a inflação.”

Esses juros mais baixos, diz ele, não resolvem o problema fiscal, que é grave. “Mas dá mais tempo para o país lidar com essa questão”, afirma o ex-diretor do BC.

Figueiredo também diz que é preciso analisar com cuidado como a decisão de Fachin poderá se desdobrar na disputa em 2002. “Não está certo ainda que essa será a decisão definitiva, que Lula vai ser candidato.”

Mesmo que Lula concorra no ano que vem, argumenta, não é certo que a polarização com o PT vá empurrar Bolsonaro para políticas populistas. Em tese, afirma, essa é uma das possibilidades, que é a preferida pelos mercados atualmente. Figueiredo, porém, diz estar contra a corrente nesse ponto: ele acha que Bolsonaro tem a ganhar se mantiver a linha imprimida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, porque aumenta as chances de uma recuperação da atividade que favoreça seu prognósticos eleitorais em 2022.

“Não acho que ele vá para o outro lado”, afirma Figueiredo. “Bolsonaro confia em Guedes na economia. Seria muito difícil até ele montar uma equipe econômica para fazer algo diferente.”

---

## Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

**O sutiã mais procurado pelas mulheres agora em Salvador**

SUTIÃ 5D

LINK PATROCINADO

**Papel De Parede Importado Vinílico Lavável Geométrico Abstrato Azul com Prata Elegante**

R\$ 134,30

AMERICANAS.COM

Comprar

LINK PATROCINADO

**Sofá Madison 2,00m Fixo Turquesa - NETSOFAS**